

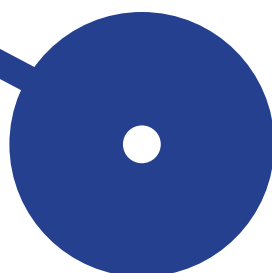
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

# Retomar Velhos Caminhos: Projeto de Intervenção Social com Pessoas Idosas.

Marli Isabel Magalhães Andrade

01/2021



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Marli Isabel Magalhães Andrade

**Retomar Velhos Caminhos: Projeto de Intervenção Social com  
Pessoas Idosas.**

Relatório de Projeto

**Mestrado em Educação e Intervenção Social – Especialização em Desenvolvimento  
Comunitário e Educação de Adultos**

Orientação: Prof. Doutor Hugo Monteiro

Porto, janeiro de 2021

Dedico este trabalho acadêmico ao meu avô, que na reta final do mestrado, faleceu. Esta conquista é para ti avô. Por mim, por ti, por nós. Continuarás sempre na minha vida, no meu coração. Brilha comigo avô, daí do céu, consegui!

## AGRADECIMENTOS

Não seria possível concluir, esta etapa do meu percurso académico, sem deixar de agradecer a todas as pessoas que me acompanharam e acreditaram que seria possível.

Ao Professor Doutor Hugo Monteiro por todas as orientações e reflexões, por todos os conhecimentos partilhados, por provocar o questionamento permanente e o desenvolvimento do pensamento crítico. Assim como, às professoras Doutoradas Ivaneide Mendes e Deolinda Araújo, sem dúvida que são excelentes profissionais.

Às minhas amigas e colegas de mestrado pelo apoio, ânimo e tranquilidade, apesar do tempo atípico pelo qual fomos confrontadas. Costuma-se afirmar que a união faz a força, e nisso fomos um exemplo.

Ao meu namorado por acreditar em mim, por demonstrar que era capaz, todos os dias. Obrigada por simplificares sempre a minha vida e por me apoiares em todos os momentos, bons e menos bons.

Aos meus tios por não hesitarem em deixarem-me ficar na sua casa durante a duração do mestrado, obrigada.

À diretora técnica e a toda a equipa da instituição, por todos os conhecimentos partilhados e por me integrarem tão bem no contexto, obrigada.

E, por último, mas não menos importante, um agradecimento especial aos meus pais, Manuel Andrade e Maria Magalhães, por me darem força e motivação para continuar, pela educação que me ofereceram, pelos valores e ensinamentos que me transmitiram e, acima de tudo, por terem acreditado em mim. Tenho um orgulho enorme em ser vossa filha.

Obrigada a todos que cruzaram o meu percurso académico e que contribuíram para que a finalização desta etapa fosse possível.

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico retrata um projeto desenvolvido com adultos numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Posiciona-se metodologicamente no “paradigma emergente” e na Investigação-Ação Participativa (IAP), defendendo a participação ativa dos idosos em todo o seu processo. Na sua base, encontra-se a necessidade da participação das pessoas nas decisões do quotidiano e, para responder a esta necessidade, o projeto realça as trajetórias de vida dos idosos e as relações intergeracionais, tendo como intuito a partilha de vivências, conhecimentos e experiências, valorizando os sujeitos e a sua bagagem, assim como alargar os horizontes das pessoas a novas perspetivas. O projeto engloba duas ações (O Nosso Caminho, A nossa Aprendizagem e Saber – Uma transmissão Intergeracional) que se encontram integradas e interligadas.

**Palavras-chave:** Investigação-Ação Participativa; Participação; Intergeracionalidade; Histórias de Vida; Pandemia.

## **ABSTRACT**

This academic essay portrays a project developed with adults in a Residential Structure for Elderly People (RSEP). Placed methodologically in the “emerging paradigm” and in the Participatory Action-Investigation (PAI), it defends the active participation of the elderly in all its process. On its base, it's found the necessity of people's participation in daily life decisions. To respond to this necessity, the project highlights the life trajectories of the elderly and the intergenerational relationships with the intention of sharing life experiences and knowledge, valuing the individuals and their baggage, as well as opening up the view of other people to new perspectives. The project includes two actions (Our Path, Our Learning and Knowledge – An Intergenerational Transmission) that are integrated and interconnected.

**Keywords:** Participatory Action-Investigation; Participation; Intergenerational; Life stories; Pandemic.

## **LISTA DE ABREVIações**

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde

ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

AVD – Atividades da Vida Diária

DGS – Direção-Geral de Saúde

DT – Diretora Técnica

ERPI – Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

IAP – Investigação-Ação Participativa

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

NCES - National Center for Education Statistics

PI – Plano Individual

OMS – Organização Mundial de Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	I
RESUMO .....	II
ABSTRACT .....	III
LISTA DE ABREVIACÕES .....	IV
INTRODUÇÃO .....	1
1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	4
1.1. PARADIGMA EMERGENTE .....	4
1.2. PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARTICIPATIVO.....	7
1.2.1. TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	10
1.3. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA.....	11
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL .....	14
2.1. ENVELHECIMENTO .....	14
2.1.1. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO .....	17
2.2. EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....	18
3. REALIDADE PANDÉMICA .....	23
3.1 A HETEROGENEIDADE DA QUARENTENA .....	26
3.2. OS IDOSOS E A PANDEMIA .....	28
3.2.1. A SOCIEDADE QUE SILENCIA A VOZ DOS MAIS VELOS.....	31
3.3. DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA .....	32
3.4. O CASO CONCRETO DA ERPI.....	35
4. CONTEXTO DE INTERVENÇÃO .....	39
4.1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS .....	40
4.2. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS.....	42
5. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO E ANÁLISE DA REALIDADE .....	45
5.1. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO .....	45
5.2. ATIVIDADES DO QUOTIDIANO.....	48
5.3. GRUPO DE ADULTOS DA INSTITUIÇÃO .....	50

6.	PROBLEMAS, NECESSIDADES E POTENCIALIDADES.....	55
6.1.	A QUESTÃO DA SELEÇÃO DOS PROBLEMAS CENTRAIS .....	57
7.	DESENHO DE PROJETO .....	59
7.1.	FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS .....	60
7.2.	AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS .....	62
7.3.	AVALIAÇÃO.....	68
	CONCLUSÃO .....	72
	BIBLIOGRAFIA.....	76

# INTRODUÇÃO

O Relatório apresentado foi realizado no âmbito da unidade curricular de Projeto, do Mestrado em Intervenção e Educação Social, Especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos. Para o seu desenvolvimento foi necessário um contexto de intervenção, neste caso uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Todos os nomes de atores sociais mencionados ao longo do relatório são fictícios, de modo a manter o sigilo e anonimato.

No que concerne à escolha do título do relatório, “Retomar Velhos Caminhos”, este foi inspirado na música “Natal dos Simples” de Zeca Afonso, nos versos “Só se lembra dos caminhos velhos/ Quem tem saudades da terra”. Esta escolha deve-se ao facto do projeto ir em busca dos conhecimentos e experiências das pessoas mais velhas, da riqueza das suas trajetórias, das suas tradições, dos seus costumes e dos seus valores, que transportam consigo e que devem ser partilhados e valorizados. Marca ainda a forma como a trajetória das pessoas mais velhas é, nesta sociedade, frequentemente esquecida, desvalorizada, remetida para um passado silenciado e fora do que vulgarmente se entende por “rumos novos”. E lembremos que a este propósito o título de um outro trabalho de Zeca Afonso, que aqui nos desafiou: “Contos velhos, rumos novos”.

Relativamente, à estrutura e organização da informação, o relatório encontra-se dividido em sete pontos, com os seus respetivos subpontos seguidos de considerações finais. No primeiro ponto, é exposta a metodologia defendida no projeto, privilegiando o paradigma emergente e a Investigação-Ação Participativa (IAP). Trata-se de um paradigma sociocrítico e humanístico, flexível e ajustável às transformações do contexto.

A metodologia defende a implicação, o envolvimento e a participação ativa dos atores sociais em todos os momentos do projeto, admitindo uma relação horizontal, onde todos são investigadores e sujeitos investigados. Defende uma interação coconstruída, partilhando conhecimentos e experiências, onde as pessoas tomam as suas decisões. É de sublinhar que o presente projeto não é um projeto convencional, como estamos habituados a conceber e a

desenvolver, uma vez que a situação atípica do novo coronavírus levou a que o seu desenvolvimento fosse reinventado.

No ponto seguinte, é apresentado o enquadramento concetual, tratando o tema do envelhecimento, fazendo uma análise holística e multidimensional, mencionando vários campos que devem ser englobados nesta etapa de vida. Neste ponto, enfatiza-se ainda a importância da participação, algo que se mantém como uma urgência ao longo do relatório, e é analisado o campo da educação de adultos, dado que os indivíduos do contexto de intervenção são adultos e a proposta de projeto envereda pela educação não-formal.

O ponto três é dedicado à pandemia que surpreendeu o mundo e que afetou diretamente a continuação do desenvolvimento do projeto. Aqui, é realizada uma caracterização das implicações e alterações que o vírus covid-19 provocou na vida das pessoas, assim como são elaboradas algumas reflexões sobre grupos sociais mais vulneráveis nestas circunstâncias, recorrendo a Boaventura de Sousa Santos e a várias notícias que vêm retratando este tempo tão diferenciado. Seguidamente, centro as atenções nos idosos e nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), fazendo algumas considerações acerca dos desafios da intervenção e mudanças causadas pelo novo coronavírus na ERPI, onde o projeto se desenvolve.

A seguir são apresentadas as linhas gerais de caracterização desta Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), referindo um pouco da sua história e o aparecimento das suas várias respostas sociais, pois estas surgem de modo a combater os problemas e necessidades que a comunidade vai apresentando, ao longo dos tempos. São também mencionadas características da região onde esta se localiza. Focalizo de seguida atenção na ERPI, apontando aspetos estruturais/físicos e institucionais que lhes são específicos.

No que concerne ao ponto cinco encontra-se o meu processo de integração na instituição, apresentando a equipa técnica e referindo alguns aspetos observados e vivenciados no quotidiano, que considero de um ponto de vista atuante e crítico. Caracterizarei o grupo de adultos, considerando tanto dados sociodemográficos como dados mais subjetivos e intersubjetivos, relacionados com as suas histórias de vida.

Passando ao ponto seis, neste são identificados os problemas, as necessidades e potencialidades do contexto, realçando a importância da participação, dos contactos intergeracionais, da valorização das trajetórias dos atores sociais e da força da solidariedade para a convivência saudável e emancipação das pessoas. É também apontado um problema central debatido, sentido e trabalhado com o grupo de idosos, problema esse que interfere com os restantes problemas, respondendo-lhes de forma indireta.

No ponto sete é apresentada uma proposta de projeto que defende a participação dos idosos em todos os seus momentos. É apresentada a finalidade, os objetivos gerais e específicos, assim como, as ações e atividades adequadas à realidade, com o intuito de alcançar o caminho da transformação. É também integrado, neste ponto, a avaliação, assim como as técnicas e critérios a serem considerados ao longo do processo. É de sublinhar que se trata parcialmente de uma proposta, uma vez que a realidade pandémica suspendeu o seu desenvolvimento e levou a que o projeto participado, que comecei por construir com os atores sociais, tivesse sido abruptamente interrompido. Por último, são realizadas algumas considerações finais sobre o presente relatório e sobre as aprendizagens destes meus “caminhos velhos”.

# 1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para a realização da presente investigação, foi necessário posicionar-me num paradigma metodológico que se harmonizasse e, ao mesmo tempo, que sustentasse as minhas ideologias, os meus valores, as minhas crenças, assim como respeitasse os atores sociais. Este ponto pretende clarificar aspetos de cariz metodológico do projeto, os métodos, estratégias e técnicas utilizadas, assim como, a fundamentação e justificação das mesmas. Tenta encarar também a metodologia como um posicionamento, como opções e orientações assumidas desde o princípio e norteadoras de todo o trabalho realizado.

## 1.1. PARADIGMA EMERGENTE

De modo, a clarificar e a conseguir situar-me metodologicamente, várias foram as leituras, análises e reflexões desenvolvidas. Uma das minhas referências para a orientação do presente trabalho trata-se do livro *Um discurso sobre as ciências* de Santos (2008). Nele foi possível analisar dois paradigmas, apresentados pelo autor: o paradigma dominante, da ciência moderna, e paradigma emergente, sendo este último aquele mais se adequa à finalidade e objetivos do projeto enquanto intervenção transformadora e comprometida com a construção de um mundo mais justo.

O primeiro está diretamente relacionado com as ciências naturais e a exatidão matemática, obtendo “conhecimento verdadeiro através do empirismo rigoroso” (Soares & Lima, 2012, p. 65). É caracterizado pelas “dicotomias conhecimento científico/senso comum e natureza/humano” (Soares & Lima, 2012, p. 66), assim como, pela relação de distanciamento e neutralidade entre o investigador e o objeto investigado. Neste paradigma, quantificar é sinónimo de conhecer, e “conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (Santos, 2008, p. 28). Esta orientação paradigmática, entendida como “dominante”, levaria a um exercício de investigação científica e de trabalho social necessariamente pouco implicado com o contexto ou com os atores concretos. Por se ter considerado como a “única forma de conhecimento rigoroso”, esta orientação paradigmática exclui outras formas de conhecimento e de

apropriação da realidade. Impõe-se a pergunta: “Mas e quem não produz ciência ou está fora dos centros hegemônicos de produção de ciência?” (Santos, 2020b, pp. 24-25).

Santos (2008) reconhece a crise do paradigma da ciência moderna, marcando deste modo a necessidade de um “paradigma emergente”. Este paradigma transporta a preocupação em criar conhecimento a partir da vida corrente, das vidas concretas das pessoas e seus problemas (Santos, 2020b, p. 27). A vida, a sociedade e a prática científica devem estar juntas, de acordo com o Paradigma Emergente. Este é aquele em que posicione a minha investigação, um paradigma sociocrítico da ciência pós-moderna de concepção humanística, assente em processos qualitativos, admitindo em si abertura e flexibilidade às transformações e necessidades do mundo, divergente do paradigma dominante. Santos (2008), ao expor o paradigma emergente, caracteriza-o através de quatro fundamentos, que importa visitar. Eles constituem um resumo do que se consideram desafios de uma ciência interventiva, que permanecem atuais e a partir dos quais tentei orientar a minha própria intervenção. Lembremos estes princípios, ainda que de forma necessariamente esquemática.

O primeiro, “todo o conhecimento científico-natural é científico-social”, remete-nos para a rutura do afastamento entre ciências naturais e ciências sociais, uma vez que, quanto mais próximas estão umas das outras, mais próximas também estarão das humanidades e da sua transformação.

O segundo, “todo o conhecimento é local e total”, liga-nos a uma perspetiva holística e multidisciplinar que devemos aplicar na nossa praxis, ou seja, observar, analisar e interpretar os sujeitos nos seus diversos campos (relacionais, estruturais, institucionais, etc.), assim como, contextualizá-los no seu espaço/contexto e na sua historicidade. Tal como no refere Santos (2008, p. 78), “a ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável”.

No que diz respeito ao terceiro fundamento, “todo o conhecimento é auto-conhecimento”, este é de carácter autobiográfico, superando a dicotomia sujeito/objeto da ciência moderna, valorizando uma relação entre sujeitos, que partilham trajetórias de vida, conhecimento, saberes, costumes, juízos de valor, tradições, experiências, etc. “Cada um é

tradução do outro, ambos criadores de textos, escritos em línguas distintas ambas conhecidas e necessárias para aprender a gostar das palavras e do mundo” (Santos, 2008, p. 87). Neste sentido, somos espelhos uns dos outros, unidos pelo conhecimento que visa a transformação.

Por último, “todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”, pretende aproximar o conhecimento científico com o conhecimento do senso comum, uma vez que, o primeiro retrata os fenómenos da sociedade e formula traduções, por exemplo, das crenças, dos juízos de valor e do senso comum. O conhecimento científico parte do conhecimento da vida, do conhecimento do quotidiano e prático. Santos (2008, p. 91) utiliza o termo “sensocomunizar-se” para caracterizar esta aproximação, referindo que “tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria da vida” Santos (2008, p. 91).

Na prática, o profissional tem de olhar o sujeito nas suas diversas dimensões, tendo em conta o contexto, a história, os seus contactos sociais, ou seja, o sujeito, tudo o que o rodeia e interfira na sua realidade. Assim como, estabelecer uma relação horizontal, onde ambos são investigadores e sujeitos investigados. Acrescentado que, como profissionais, traduzimos todos os tipos de linguagens e sinais em conhecimento científico, de modo multidisciplinar, conjugando o conhecimento da exatidão e o conhecimento social, recorrendo a metodologias que nos ajude na compreensão e no acompanhamento das mutações do mundo.

Todos estes aspetos encontram-se presentes no projeto, na medida em que o seu desenvolvimento privilegia o contacto direto com as pessoas e o contexto, defendendo a mútua educabilidade e o diálogo horizontal, conjugando várias dimensões do saber (interdisciplinaridade), tal como conciliando critérios qualitativos e quantitativos, interpretativos e transformadores, na sua avaliação. O projeto assume abertura e flexibilidade às mutações da sociedade e às necessidades, gostos e expectativas dos participantes, uma vez que este tem que fazer sentido para os atores sociais e deve ser adaptável às mudanças constantes da realidade.

## 1.2. PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARTICIPATIVO

Atualmente, estamos perante uma sociedade dinâmica, complexa e em constante transformação. Esta é caracterizada pelo modelo produtivista, pelo consumismo e pela evolução tecnológica, onde o Homem destrói o seu habitat na busca de matéria-prima, esquecendo-se da sustentabilidade do planeta, assumindo o crescimento económico como sinónimo de desenvolvimento.

Tal como refere Schneider e Irigaray (2008, p. 587), “Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação capital”. Uma sociedade que construiu ao longo dos tempos concepções de velhice discriminatórias e carregadas de estereótipos, valorizando o novo, o jovem e a sua ligação ao progresso. Mendes (2018, p.12), no seu artigo “São pássaros que desejam voar, não lhes cortem as asas: a educabilidade dos adultos seniores”, começa por refletir em torno da evolução da sociedade, da valorização em demasia do que é novo e da desvalorização dos mais velhos, referindo

Vivemos em sociedades de mutações rápidas, com pouco espaço para quem não é suficientemente capaz de acompanhar, de ser eficaz. Em sociedades que regozijam a juventude e subjagam o adulto sénior. São sociedades voltadas para um futuro cheio de incerteza, onde o passado, a história já não têm lugar. Neste contexto, encontra-se o adulto sénior que, numa escalada sem precedentes, assiste indefeso às mudanças que esta lógica capital impera.

É urgente desconstruir as concepções negativas de velhice, olhando o desenvolvimento para além da parte monetária, possuindo uma visão holista, considerando outras dimensões como a parte humana, ou seja, pensar no crescimento económico como meio de melhorar a qualidade de vida das pessoas, diminuindo as suas dificuldades, necessidades e inquietações (Martins, 2002). O desenvolvimento faz-se pelo desenvolvimento das pessoas, investindo no seu bem-estar, na educação e formação, na valorização da participação e da palavra, de modo a que acreditem nas suas capacidades e potencialidades. Olhando o desenvolvimento, partindo dos atores sociais, teremos a diminuição das desigualdades, a intensificação da democracia participativa e da justiça social, assim como, o cumprimento dos direitos humanos (Timóteo & Bertão, 2012).

Nós, Educadores Sociais, podemos contribuir para o desenvolvimento, criando pontes entre o mundo e os sujeitos, assumindo um papel de mediação, incentivando à participação responsável e ao pensamento crítico, fornecendo técnicas e ferramentas através da intervenção, uma vez que, somos profissionais de proximidade e de relação. É, neste sentido, que nascem os projetos sociais participativos, aliados ao desejo de mudança e transformação da realidade, tendo em vista um futuro melhor. A abordagem ao projeto, que aqui se defende, tenta ter em conta esta forma atuante e comprometida de estar no contexto. É ela que define o estar em projeto.

Segundo Serrano (2008, p. 17), um projeto deve “contemplar fundamentalmente o que faz referência às necessidades básicas do indivíduo, que, segundo os organismos internacionais, são: saúde, educação, emprego e habitação”. A mesma autora acrescenta ainda as necessidades defendidas por Maslow, sendo elas: “dignidade”, “autoestima”, “reconhecimento”, “segurança”, “consideração” e “capacidade de encontrar sentido para a vida e para o mundo que nos rodeia” (p.17).

Neste sentido, a presente investigação segue um carácter qualitativo, que segundo Silva (2013, p. 3), tem como objetivo

(...) descrever e compreender o comportamento humano na sua complexidade, explicando o processo mediante o qual os actores sociais constroem os significados atribuídos ao social e, a partir daí, (...) gerar uma compreensão interpretativa do real no sentido de revelar uma realidade múltipla e dinâmica, devendo ser entendidas como uma modalidade de investigação cujo interesse reside na interpretação dos processos sociais (...).

A metodologia qualitativa defende o contacto direto com os atores sociais, com a realidade, possibilitando a compreensão dos diversos significados construídos pelos sujeitos sobre os fenómenos sociais (Silva, 2013). Fernandes refere que se trata de uma “compreensão mais profunda dos problemas, é investigar o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes ou convicções” (1991, p. 3), é perceber o porquê de certas interações, leituras e atitudes.

Não nos podemos cingir só ao que é visível, ou até às imagens que nos tentam transmitir, mas sim possuímos um olhar crítico e reflexivo, assim como uma atitude de curiosidade. Curiosidade por tudo o que acontece, por tudo o que observamos e por tudo que

nos comunicam. Acrescentando ainda a atenção que o profissional tem de possuir em relação aos vários tipos de comunicação (verbal, não verbal e corporal), salientando, por exemplo, o processo da metacomunicação que surge na relação entre seres comunicantes, correspondendo à informação sobre informação, estando representada nas expressões de faciais, no tom de voz, nos gestos, etc. (Watzlawick, Beavin & Jackson, 2007). Esta atenção é particularmente importante no contexto de intervenção aqui em questão.

Deste modo, todo o projeto é único, adequado às características do contexto e dos participantes, sendo coconstruído, ou seja, um caminho construído conjuntamente com as pessoas envolvidas, tendo por base a cogestão, a codecisão, a comunicação horizontal, a negociação, a confiança e o compromisso. Os projetos são constituídos por momentos, começando com o modo de construir conhecimento, sendo caracterizado pelo mergulho na realidade, onde o trabalhador social escuta e observa as pessoas, as relações de poder e o meio. Assim, a partir do momento que entramos em contacto com o contexto e com os participantes, significa que já nos encontramos em projeto, em intervenção. É neste momento que são identificadas as necessidades, estabelecidas prioridades e delimitado o problema (Serrano, 2008).

Passando para a planificação, neste momento é organizado e traçado o que se vai fazer, delineando objetivos (gerais e específicos), definindo metodologias, técnicas e atividades, bem como estipulados os recursos (materiais e humanos) necessários (Serrano, 2008). A planificação deve ser aberta e flexível às transformações e mudanças sociais, construída e reconstruída as vezes que forem necessárias para, posteriormente, passar para o seu desenvolvimento, colocando-a em prática. O projeto é um processo em espiral, portanto, em todos os momentos analisamos, avaliamos, refletimos sobre o que está a resultar e sobre o que pode ser melhorado.

O projeto em Educação social tem como objetivo desenvolver a participação ativa das pessoas, assim como, a capacidade de reflexão crítica sobre si e o mundo, sendo capaz de “agir nele e sobre ele”, provocando interrogações, abrindo horizontes a novas perspetivas sobre a realidade (Timóteo & Bertão, 2012, p. 18). Estas transformações ocorrem em todos os envolvidos, incluindo os educadores sociais, pois acredito que as pessoas são educáveis, como

acredito que me posso educar com elas, isto é, educabilidade mútua (Veiga, Timóteo & Monteiro, 2020).

O projeto aqui apresentado não segue exatamente os momentos anteriormente referidos, devido aos desafios que se colocaram no seu desenvolvimento. Trata-se de uma linha de projeto diferente do que, normalmente, estamos acostumados a contactar, dado que houve um reajustamento e adaptação perante a situação atípica que o coronavírus impôs à sociedade e às pessoas envolvidas, o que mais à frente será analisado com mais pormenor.

### **1.2.1. TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Para analisarmos a realidade várias são as técnicas de investigação que podemos utilizar para conhecer, compreender e interpretar as interações sociais. As técnicas selecionadas, no presente projeto, enquadram-se no paradigma emergente e na abordagem participativa, de cariz qualitativo e de proximidade com o contexto. Estas permitem ligar e traduzir o quotidiano e o senso comum em conhecimento científico, e conhecer e contextualizar as pessoas no espaço e no tempo. As técnicas aqui utilizadas são a observação participante, conversação, análise documental e análise de conteúdo.

As técnicas assentes na observação consistem, tal como a própria denominação nos indica, observar diretamente o contexto e os seu fenómenos sociais, de modo constante e reflexivo, registando aquilo que vemos e que escutamos. A observação seguiu uma linha participante, implicando a envolvência e a participação no dia a dia das pessoas na instituição, na comunidade e na sua vida social (Latorre, 2005).

Relativamente, às técnicas baseadas na conversação, estas estão associadas a momentos de diálogo e interação entre os envolvidos, sendo, neste caso, privilegiadas as conversas intencionais, uma vez que, estas decorrem em contextos informais e de espontaneidade, permitindo a aproximação dos sujeitos. O profissional tem de desenvolver uma atitude de escuta, transmitindo confiança ao indivíduo para que este partilhe consigo conhecimentos, opiniões, valores, histórias de vida, etc. Essencialmente, saber ouvir para que

as pessoas se sintam cativadas, e saber interpretar e compreender aquilo que lhe é transmitido.

No que concerne à análise documental, esta implica a leitura de documentos que consideramos pertinentes para obtermos uma informação adequada como, por exemplo, documentos oficiais (regulamentos, planos individuais, etc.), documentos pessoais (diário de bordo), entre outros. A análise de conteúdos permite levar a abordagem compreensiva para lá do que são os documentos formais, prestando atenção a dimensões da realidade que não estão necessariamente escritas ou formalizadas. Posto isto, é realizada uma triangulação de dados, isto é, combinação das técnicas de investigação anteriormente referidas, cruzando as diversas fontes de informação, com o intuito de conhecermos melhor a realidade (Latorre, 2005).

Acrescentamos ainda a procura em corresponder ao desafio, formulado por Boaventura de Sousa Santos (2020b), quando provocatoriamente desafia a “desestruturar” as técnicas de produção de conhecimento, resistindo assim a um hábito de “expropriação de conhecimento” patente ainda nas metodologias das Ciências Sociais (pp. 84-85). É preciso que as vozes das pessoas sejam algo mais do que uma “matéria-prima” para uma construção alheia de saber, em nome de uma real coconstrução de conhecimento para uma ação coletiva e partilhada.

### **1.3. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA**

Incorporada no paradigma emergente, a orientação metodológica para o presente projeto diz respeito à investigação-ação participativa (IAP). Esta é uma metodologia que se destaca pelo seu olhar promissor e holístico, sobre as pessoas e o mundo, contrariando as ideologias de dominação e controlo. “É uma posição que não procura apenas conhecer o mundo, mas também transformar alguma coisa do tanto que ofende o sentido de justiça e de harmonia dos equilíbrios em permanente (re)construção” (Lima, 2003, p. 306).

A IAP é uma denominação composta por três vocábulos, que segundo Ezequiel Ander Egg (1990) citado por Baldissera (2001: pp.7-8) têm os seguintes significados:

**Pesquisa ou investigação:** é o procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que tem por finalidade estudar algum aspecto da realidade com o objetivo de ação prática;

**Ação:** significa ou indica que a forma de realizar o estudo já é um modo de intervenção e que o propósito da pesquisa está orientado para a ação, sendo esta por sua vez fonte de conhecimento;

**Participação:** é uma atividade em cujo processo estão envolvidos os pesquisadores como os destinatários do projeto, que não são considerados objetos de pesquisa, mas sujeitos ativos que contribuem no conhecer e no transformar a realidade em que estão inseridos.

Esta abordagem metodológica, vai ao encontro dos princípios da Educação Social, reconhecendo os sujeitos como investigadores, em claro processo de aprendizagem, diálogo, socialização, construindo, ampliando e diversificando conhecimento. Esta interação é coconstruída, tendo por base a cooperação e a confiança, promovendo a partilha de conhecimentos (Torres, 2016) e, principalmente, a participação.

Participação, no sentido, do trabalhador social/investigador ser reconhecido como um interlocutor, desenvolvendo um papel de mediador que promove e

facilita a comunicação, pode intervir na discussão, fazer sugestões e recomendações, mas não tem poder total de decisão. A mediação exerce-se em situações de bloqueio em que emergem contradições, mal-entendidos, incompreensões e onde já não existe comunicação entre os atores (Robertis, 2011, p. 199).

E também participação dos atores sociais em todo o processo de intervenção, tendo poder de decisão em todas as questões, levando a que as pessoas se encontrem implicadas na transformação, possuindo, deste modo, responsabilidade social e construindo e intensificando uma democracia participativa. Ou seja, para além do acesso (democratização), é fundamental a criação de espaços que proporcionem a participação consciente das pessoas enquanto agentes da sua própria realidade (democracia participativa).

Tal como nos refere Lima (2003, p. 318),

(...) A investigação participativa relaciona-se assim positivamente com a dimensão endógena do desenvolvimento que faz nascer os processos no local e utiliza os recursos locais com o propósito de os tornar mais poderosos na decisão e na ação, assim como o de gerar novos recursos.

Deste modo, é essencial que os profissionais criem esses espaços significativos de transformação, empoderamento e mudança. Mudança essa que Robertis (2011, p. 72) define

como “uma modificação que pode tanto ser brusca, rápida e mesmo inesperada, como progressiva e inscrevendo-se numa evolução lenta a que chamamos então desenvolvimento”.

Outros aspetos, que devemos ter em conta no projeto são as potencialidades, necessidades, interesses, características, assim como conhecer as histórias de vida dos atores sociais. Se o projeto fizer sentido para os sujeitos, se se adequar às pessoas e às suas individualidades, a probabilidade de envolvência no mesmo aumenta, uma vez que não é “pré-feito” ou “pré-concebido”. No entanto, os interesses e as necessidades podem-se transformar mediante o contexto histórico e espacial, o que requer adaptabilidade e flexibilidade. Tal como refere Torres (2016, p. 34) “Todas sociedad es cambiante, y eso cambios representan nuevas lógicas de vida y de convivencia”.

Deste modo, podemos perceber a complexidade do mundo, as suas constantes transformações, demonstrando-nos que as necessidades de hoje podem não ser as mesmas de amanhã. Neste sentido, para o compreendermos, temos de recorrer a várias áreas do saber, ou seja, interdisciplinaridade do conhecimento (Torres, 2016). Esta articulação possibilita o contacto com novas perspetivas, novos olhares, novas lógicas de vida, permitindo uma melhor compreensão e interpretação da realidade social.

No entanto, para conseguirmos abranger uma visão mais completa do mundo, a comunicação dialógica entre sujeitos tem um papel fundamental na intervenção social, sendo “un proceso de interacción, de recíproca acción entre vários agentes”, produzindo conhecimento, transformação e reflexão (Torres, 2016, p. 36). Reflexão dos atores sociais numa lógica de compreensão, construção e desconstrução da sua própria realidade. Reflexão do trabalhador social sobre a sua praxis, tendo consciência das suas limitações e capacidades, de modo, a garantir a legitimidade do processo. “La reflexión en la acción se constituye, pues, en un proceso que capacita a las personas prácticas a desarrollar una mejor comprensión del conocimiento en la acción” (Latorre, 2005, p. 19).

A reflexividade coletiva é primordial para a transformação.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

Neste ponto, serão abordadas dimensões importantes para a orientação do relatório, nomeadamente o envelhecimento e a sua análise nos diversos campos, uma vez que, durante a situação pandémica, este grupo social foi mencionado como um grupo de risco, caindo muitas vezes numa ideia estereotipada e idadista. Sendo certo que importa proteger as pessoas numa crise como esta, é preciso garantir que essa proteção não se traduza no apagamento da pessoa na sua autonomia, plena dignidade e capacidade de resposta. A seguir será apresentada uma reflexão sobre a importância da participação para o envelhecimento ativo, encontrando-se esta na base de todo o projeto. A participação move as pessoas, dá-lhes poder (empowerment), marcando o seu lugar na sociedade, implicando-as e responsabilizando-as. Por último, é abordado o campo da educação de adultos, dado que os sujeitos do contexto de intervenção são adultos e a proposta de projeto, mais à frente apresentada, segue a orientação da educação não-formal.

### 2.1. ENVELHECIMENTO

Diariamente, ouvimos falar do envelhecimento da população em Portugal, e no mundo em geral. Segundo o Decreto-Lei n.º 248/97 de 19 de setembro, o processo de “envelhecimento é um fenómeno multifactorial e multidimensional que envolve aspectos de várias ordens, nomeadamente demográficos, económicos, sociais e familiares, e determina uma abordagem integrada e articulada ao nível de uma política global” (p. 5114). Várias são as causas mencionadas para explicar o fenómeno, por exemplo:

- Baixo índice sintético de fecundidade (número médio de filhos que cada mulher tem durante sua vida), sendo em 1960 uma média de 3,20 indivíduos e em 2019 de 1,42 (PORDATA, 2020);
- Aumento da esperança média de vida (número médio de anos que um grupo de sujeitos, nascidos no mesmo ano, irá viver), sendo em 1960 de 64 anos e em 2018 de 81,5 anos (PORDATA, 2020);

- Melhoria das condições de vida (melhoria da alimentação, das condições de trabalho, dos hábitos de higiene, do saneamento básico, diminuição da taxa de analfabetismo, etc.);
- Avanços constantes na medicina (assistência médica, vacinação, descobertas e desenvolvimentos importantes para a cura de doenças, etc.).

No entanto, não podemos limitar-nos a uma simples abordagem, mas analisar o processo de envelhecimento numa perspetiva holística, multidimensional, nos mais diversos campos. Trata-se de um fenómeno natural, complexo, heterogéneo e único para cada pessoa, uma vez que aspetos biológicos, cronológicos, psicológicos e culturais influenciam diretamente o desenvolvimento do indivíduo (Schneider & Irigaray, 2008).

Schneider e Irigaray (2008, p. 589) referem que o envelhecimento humano é constituído por diversas idades, sendo elas “cronológica, biológica, psicológica e social”. A idade cronológica é uma escala de medida do tempo que, segundo Schneider e Irigaray (2008, p. 589), “o conceito de idade é multidimensional e, por isso, a idade cronológica não se torna uma boa medida da função do desenvolvimento”.

Ao associarmos envelhecimento ao tempo como medida, estamos a ocultar a sua subjetividade. Portanto, é necessário relacionar outras variáveis como, por exemplo, o contexto histórico do seu nascimento e desenvolvimento. No entanto, a idade traz consigo marcos importantes, como é o caso da entrada do sujeito na idade da reforma, sendo em Portugal aos 66 anos e cinco meses (Diário da República n. º28/2019, p. 1017).

No que concerne à idade biológica, esta está relacionada com as alterações do nosso corpo ao longo do desenvolvimento, tanto a nível corporal como a nível mental, retratando o envelhecimento humano como um “processo que se inicia antes do nascimento do indivíduo e se estende por toda a existência humana” (Schneider & Irigaray, 2008, p. 590).

Relativamente à idade social, esta está diretamente associada aos papéis sociais que a pessoa desempenha, estando também ligada às idades cronológica e psicológica. Neri (2005) citada por Schneider e Irigaray (2008, p. 590) refere que “a idade social diz respeito à avaliação

do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade, num dado momento da história de cada sociedade”.

Por última, a idade psicológica, relacionada com as idades anteriormente mencionadas, refere-se à maneira que o indivíduo tem de se adaptar ao meio e às suas adversidades. Podemos integrar nesta dimensão os conceitos de mudanças normativas e não-normativas, baseadas nos “ganhos e perdas concorrentes e por interatividade entre o indivíduo e a cultura” (Neri, 2006, p. 19). No que concerne às mudanças normativas, estas são de índole previsível, dizendo respeito aos eventos que ocorrem na mesma periodicidade na maior parte dos indivíduos, por exemplo, o desenvolvimento humano. Já os acontecimentos não-normativos dizem respeito a mudanças que não são previsíveis como, por exemplo, acidentes, doenças, viuvez, entre outros. Estes

não atingem todos os indivíduos de um grupo etário ao mesmo tempo, ou seja, não são dependentes da ontogenia e nem do tempo histórico. (...) Podem ser de carácter biológico ou societal. Interrompem a sequência e o ritmo do curso de vida esperado, geram condições de incerteza e desafio e impõem sobrecarga aos recursos pessoais e sociais. (Neri, 2006, p. 20).

Torna-se necessário interligar aos conceitos anteriores os processos de resiliência e plasticidade, sendo o primeiro definido como “a capacidade de recuperação e manutenção do comportamento adaptativo mesmo quando ameaçado por um evento estressante”, influenciado também pelas condições em que a pessoa se encontra (Schneider & Irigaray, 2008, p. 592). Tal como refere Neri (2006, p. 19) “a resiliência individual depende dos apoios sociais e dos recursos da personalidade, chamados por Bandura (1986) de mecanismos de auto-regulação”. No que diz à plasticidade, esta é caracterizada pelo “potencial para mudança” (Schneider & Irigaray, 2008, p. 592), ou seja, “possibilidade de mudar para adaptar-se ao meio”.

Em suma, o processo de envelhecimento não é homogêneo, é particular e diferenciado, variando de pessoa para pessoa, estando diretamente relacionado com a trajetória de vida dos adultos, as suas escolhas, o seu estilo de vida, as suas experiências, a genética, o seu género, a classe social, o contexto temporal e espacial, a cultura, a capacidade de adaptação e de resolução de problemas, entre outros. Spirduso (2005) citado por Mendes

(2018: p.17) refere que a “primeira verdade sobre o envelhecimento é que todos envelhecem, a segunda verdade é que todos envelhecem de forma diferente”.

É necessário e urgente erradicar os estereótipos, os rótulos, o idadismo e as construções sociais que desvalorizam a voz do adulto sénior. O processo único de desenvolvimento humano, as experiências e os conhecimentos, adquiridos ao longo da sua trajetória de vida, têm de ser reconhecidos “(...) como ganhos que podem ser otimizados e utilizados em prol do próprio indivíduo e da sociedade.” (Schneider & Irigaray, 2008, p. 593).

Para que a pessoa se sinta valorizada e ativa, a participação é uma das dimensões fundamentais para o desenvolvimento e envelhecimento saudável, onde a pessoa interaja com a comunidade, onde a sua voz é escutada e incluída em todas as decisões. Neste sentido, o ponto seguinte trata a importância da participação na vida dos mais velhos.

### **2.1.1. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO**

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o envelhecimento ativo é definido como “the process of optimizing opportunities for health, participation and security in order to enhance quality of life as people age” (World Health Organization, 2020, p. 12). Uma das dimensões desta definição é a participação, ocorrendo, por exemplo, no envolvimento das pessoas na vida social, nas atividades e decisões do quotidiano, nas questões culturais, espirituais e cívicas, nas iniciativas socioeducativas, socioculturais e de ação comunitária, ou seja, participação ativa dos indivíduos.

No entanto, para que haja essa tal participação ativa, é necessário que pensem nas pessoas, que as conheçam. Qual é o sentido de realizarem ações e atividades, se não vão ao encontro dos interesses e necessidades dos atores sociais? De que vale investirem tempo e recursos em iniciativas, se não têm significado para as pessoas? As pessoas não deviam fazer parte de todo o processo e de todas as decisões? A meu ver sim, tal como defende a metodologia do presente projeto.

Num ponto mais à frente, um dos problemas identificados trata-se da reduzida envolvimento dos adultos nas decisões e, neste sentido, não está em coerência com a definição de envelhecimento ativo proposta pela OMS. As pessoas têm de participar em todo o processo, têm de escolher o que para elas faz sentido, para se envolverem e possuírem responsabilidade por aquilo que constroem, que desenvolvem, que decidem.

A participação tem inúmeras vantagens como, por exemplo, fortalece os contactos sociais, possibilita a troca de experiências e conhecimentos, desenvolve o pensamento crítico, assim como, promove a leitura, a análise, a compreensão, o questionamento, a tomada de posições sobre o mundo que os rodeia, ou seja, compreenderem o mundo e agir nele. Só através da participação responsável é que seguimos em direção do envelhecimento saudável e, por sua vez, na direção da democracia participativa e da cidadania ativa.

A participação é invocada ao longo de todo o trabalho académico, estando na base da metodologia defendida pelo projeto, sendo um dos eixos da investigação-ação participativa. Acresce a necessidade de implicar as pessoas nas decisões do quotidiano da instituição, responsabilizando-as, no sentido, de terem mais poder de decisão e de aumentarem o sentimento de pertença à comunidade.

## **2.2. EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

Tendo em conta que os atores da realidade social em questão são adultos e que a proposta de projeto abrange a educação não-formal, é de suma importância que exista uma reflexão em torno da educação de adultos, de modo que a intervenção atinja a educabilidade mútua. A definição de educação de adultos defendida na Conferência de Nairobi ainda se mantém atualizada, incitada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1976, sendo esta, segundo Canário (2006, p. 198), o seguinte conceito:

(...) O conjunto de processos organizados de educação qualquer que seja o conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes

dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento sócio económico e cultural equilibrado e independente”.

Baseados nesta definição, Castro, Guimarães e Sancho (2007, pp. 70-71) caracterizam a educação de adultos em três pressupostos. O primeiro, “a continuidade e a complementaridade da educação”, ou seja, a educação acontece ao longo da vida da pessoa, de modo a que o indivíduo acompanhe as mutações da sociedade, em vários contextos: formais (locais formais, com objetivos pedagógicos, intencionalidade educativa, por meio de agentes reconhecidos); não formais (locais (in)formais, com intencionalidade educativa, por meio de agentes (não) reconhecidos); e informais (em qualquer contexto, não tendo objetivos pedagógicos, nem intencionalidade educativa). A aprendizagem ao longo da vida (ALV) refere-se ao “process or system through which individuals are able and willing to learn at all stages of life, from preschool years through old age” (Nacional Center for Educations Statistics, 2000, p. 4).

O segundo, “a diversidade da educação”, diz respeito à variedade de ações, iniciativas e modalidades da educação de adultos, às diversas instituições que a podem pôr em prática, e à interligação entre os diferentes contextos de educação. O terceiro, “a globalidade da educação”, engloba a participação ativa do sujeito no processo educativo, valorizando as suas experiências e aprendizagens ao longo da vida como recursos educativos, integrando-as na “inscrição das práticas educativas nos níveis local, nacional e global” (Castro et al., 2007, p. 71).

Um dos conceitos mais mobilizados, atualmente, no campo da educação de adultos é o de literacia. Esta é definida por Benavente, Rosa, Costa e Ávila (1996, p. 4) como “*as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana*. Trata-se de capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de uso corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal).”

As constantes e velozes mudanças da sociedade podem criar entraves aos sujeitos de acompanhamento dessas transformações e, conseqüentemente, causarem fragilidades a nível da literacia. A literacia é importante para o desenvolvimento de competências individuais

e coletivas, para a aprendizagem ao longo da vida, como para a participação dos adultos na vida social e cívica.

Ela é essencial para que os adultos possam: ler, compreender, analisar e interpretar informações; separar factos de opiniões e discutir aparentes evidências; discutir tópicos, considerar as opiniões dos outros e persuadir os outros de maneira apropriada; elaborar cartas, petições e outros documentos; apresentar informações e pontos de vista para diferentes públicos, através de imagens, fala e escrita (Rothes, 2019, pp. 54-55).

A educação de adultos surge como uma das respostas às mutuações e necessidades da sociedade, olhando o desenvolvimento pelo desenvolvimento das pessoas, tendo em vista “a construção de uma sociedade de participação baseada no pleno respeito dos direitos humanos” (Bergano, 2002, p. 142), promovendo os sujeitos nas suas dimensões individuais e sociais. Estes princípios vão ao encontro do que se pretende desenvolver na intervenção social, possibilitando a criação de espaços de desenvolvimento e emancipação pessoal, de modo, a que se tornem sujeitos com voz, com ferramentas que lhes permitam ser autónomos, críticos, cidadãos participantes na vida cívica, deixando a sua marca na sociedade.

Deste modo, caminhámos para um mundo mais igualitário e democrático, com instituições democráticas, onde se ouvem a voz das pessoas, as suas preferências e gostos, onde existe participação dos atores sociais. Participação esta entendida como “um processo complexo que considera as limitações estruturais à sua realização e que faz emergir, como um dos seus eixos estratégicos essenciais, uma educação permanente para a participação ativa, plural e democrática” (Rothes, 2019, p. 54).

O campo da educação de adultos dispõe de uma grande diversidade de iniciativas, como já foi anteriormente referido, e por sua vez, de uma pluralidade de intervenções. Deste modo, um projeto em educação de adultos pode seguir diversos caminhos de intervenção, por exemplo, a educação não formal e informal, demonstrando a heterogeneidade e liberdade de ação que marca a educação de adultos. Assim, a possibilidade do projeto resultar e das pessoas se comprometerem no seu desenvolvimento aumenta, criando condições para o desenvolvimento da democracia e para a participação ativa das pessoas na sociedade. É precisamente esta uma das dimensões fundamentais da nossa intervenção no nosso contexto.

A educação de adultos posiciona o adulto no centro da sua aprendizagem, uma vez que, tal como refere Mendes (2007, p. 264) “à medida que (...) se sente responsável pelo o que aprende, vai descobrindo e reavaliando qual o seu papel no mundo social”. O adulto transporta consigo a sua bagagem e nela encontram-se as suas aprendizagens, os seus saberes, as suas experiências, a sua história de vida, as suas características individuais, as suas atitudes, as suas preferências e as suas competências, isto é, a aprendizagem que “se realiza ao longo de toda a vida do indivíduo (lifelong) e em todos os espaços sociais em que se move (life-wide)” (Rothes, 2019, p. 51).

Canário (2006, p. 196) menciona que “a maior parte daquilo que sabemos não foi aprendido na escola sendo esta, na sua forma moderna, uma invenção histórica muito recente, pela qual passou parte íntima da humanidade”. Não existe fronteiras para educação, estamos constantemente a aprender, a experienciar e a contactar com novas perspectivas e conhecimentos que alargam os nossos horizontes, respondendo às mudanças da sociedade.

Assim, se tivermos todos estes aspetos em conta, o espaço de aprendizagem terá outro significado, uma vez que, estamos a valorizar as suas aprendizagens, assim como, essas aprendizagens podem contribuir para a construção de novo saberes. O ser humano adquire nova informação e vai adaptando, acrescentando e transformando àquela já existente. Deste modo, surgem espaços de intervenção voltados para a reflexão, para a mudança e a para transformação social, provocando efeitos educativos, ou seja, “mudanças duráveis de comportamentos e atitudes, decorrentes da aquisição de conhecimentos na acção e da capitalização de experiências individuais e colectivas” (Canário, 2006, p. 200).

No entanto, o alargamento da educação de adultos às pessoas mais velhas tem-se demonstrado um desafio, devido à baixa escolaridade e às limitadas competências de literacia dos idosos, assim como, às fragilidades do sistema educativo. Tal como refere Rothes (2018, p.8), na Conferência da UNESCO em Hamburgo foi reconhecido que

Há, atualmente, mais pessoas idosas no mundo em relação ao total da população do que nunca antes, e a proporção continua a aumentar. Estes adultos idosos podem contribuir muito para o desenvolvimento da sociedade. Logo, é importante que tenham oportunidade de aprender em igualdade de condições e de maneira apropriada. As suas capacidade e competências devem ser reconhecidas, valorizadas e aproveitadas (UNESCO, 1998, citado por Rothes, 2018: p.10).

Portanto, existe a necessidade de adequarem as respostas às exigências da atualidade e da população mais velha, de modo a que possuam um papel mais ativo na sociedade, socializando e partilhando saberes e experiências que adquiriram ao longo do seu processo de desenvolvimento, contribuindo para o rumo da sua comunidade. “Em boa medida, o adulto sénior deve ser encarado como sujeito de sua ação, como alguém capaz de criar e transformar o mundo” (Mendes, 2018, p. 13).

A proposta de projeto, apresentada no ponto sete, segue o campo da educação não formal, procurando envolver a pessoa idosa no processo e no rumo de toda a intervenção, uma vez que como principais interessados devem dar o seu consentimento em todas as decisões. Só assim caminhamos para o desenvolvimento e para a educabilidade, partindo e envolvendo as pessoas, ouvindo-as, seguindo juntos em direção à democracia participativa. Mendes (2018, p. 15) refere que

(...) a educabilidade do adulto sénior é um ato humanizador (...) que visa contribuir para a autonomia, para o compromisso com a sua vida e com a sua história, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica e o exercício da liberdade. Trata-se de um ato de justiça social que deve ocorrer nas vivências quotidianas e, em larga escala, nas instituições.

Encontrando-se com um sentido amplo e não obrigatoriamente institucional de cidadania, este projeto procurou construir pontes entre as vidas das pessoas e as dinâmicas institucionais, tentando ouvir, valorizar e dar poder de decisão a histórias de vida e de trabalho tantas vezes silenciadas pelo estigma, pelo apagamento e pela invisibilidade (Monteiro, Martins & Martins, 2019, p. 152).

### 3. REALIDADE PANDÉMICA

No fim do ano 2019 e início do ano 2020, ouvia-se lá longe a existência de um novo vírus da família dos coronavírus, muitíssimo contagioso, capaz de causar infeções respiratórias graves, nomeadamente pneumonias. Várias foram as declarações de membros de órgãos superiores que desvalorizaram os alertas de uma possível epidemia, mencionando até que havia só uma fraca possibilidade de ele se transmitir de pessoa para pessoa, e que a sua propagação não era uma hipótese a ser equacionada.

Rapidamente essas declarações se mostraram inválidas, espalhando-se o vírus pelo mundo, e de repente estamos todos debaixo da mesma tempestade, mas definitivamente em barcos diferentes a enfrentar a pandemia. É verdade, parece um cenário de filme, mas é mesmo real. Os países foram obrigados a tomar medidas de contingência, novas regras e normas, de modo a combater o vírus, um grande desafio, pois a velocidade de contaminação é muito rápida, e por ser um novo vírus os cientistas têm de estar em permanente investigação para o conhecer e dominar.

O medo e a insegurança começaram a penetrar as pessoas, pois um inimigo oculto condicionou a liberdade, substituindo os gestos de saudação, usualmente utilizados, por olhares distantes ou por outros gestos criativos (encosto de cotovelos, encosto de pés, entre outros). O mundo foi invadido por novas diretrizes e novos hábitos de distanciamento, distanciamento esse de cariz físico e não, necessariamente, social, pois não significa que as pessoas tenham de perder o contacto com o mundo, mantendo-nos socialmente conectados, mas fisicamente separados. Ou seja,

O termo “distanciamento social” pode implicar que é preciso cortar interações significativas, enquanto o termo útil alternativo de “distanciamento físico” pode ajudar a destacar o facto de que a conexão social pode ser possível mesmo quando as pessoas estão fisicamente separadas (...), designadamente pela mediação tecnológica (Melo, Guedes & Ribeiro, junho, 2020, pp. 34-35).

Se até há bem pouco tempo, as pessoas estavam juntas sem qualquer preocupação, contactavam-se fisicamente e partilhavam afetos, com esta nova realidade essa aproximação caiu por terra. A prevalência de uma nova sociabilidade baseada na comunicação à distância, onde as pessoas veem-se umas às outras por visores de telemóveis e de outros aparelhos

eletrônicos, conversando nas redes sociais. E este é o novo cómodo de casa, uma sala virtual onde todos se veem e ninguém se toca. Contudo, é necessário questionar, por exemplo, em locais como o metro, e em outros transportes públicos, em hora de ponta, é possível manter o distanciamento físico? Impossível, pelo o que se tem observado, colocando o discurso público em contradição.

O combate ao vírus tornou-se primordial. Os problemas já existentes crescem de maneira exponencial e as desigualdades, na forma como as pessoas vivem e enfrentam a pandemia, é preocupante. Nem todos os indivíduos têm condições habitacionais para procederem ao isolamento. Nem todas as pessoas têm a possibilidade financeira e laboral para permanecerem em quarentena. Nem todos os sujeitos têm o mesmo suporte mental para estarem afastados da sua família e amigos. Nem todos os estudantes têm possibilidade de adquirirem os equipamentos necessários para o estudo em casa e assistirem às aulas online. Nem todos os idosos têm possibilidades de comprarem aparelhos eletrônicos para contactarem com os seus familiares à distância. O vírus realçou numa montra todas as desigualdades já conhecidas, e fez emergir aquelas que tentavam ocultar ao longo dos tempos. O mundo está doente, o medo de contraírem a covid-19 invade as pessoas pelas implicações que pode ter na sua saúde, na sua estrutura familiar, na sua vida laboral, na sua estabilidade ou agravar ainda mais a sua instabilidade e os seus problemas.

Mas será que a nossa sociedade já não vivia em risco? A sociedade da riqueza e das desigualdades, onde uns têm tudo e outros não têm nada, onde a riqueza não está repartida e se situa só num prato da balança. Uma sociedade globalizada que prima pelo lucro, pela concorrência e pela acumulação de riqueza, provocando problemas a si mesma, como são visíveis os problemas ambientais (poluição, destruição da camada do ozono, destruição de habitats, entre outros) e sociais. Machado e Melo (junho, 2020, p.7) refere que o risco do mundo está diretamente ligado com a “imprevisibilidade” e a “incerteza”: “risco de pobreza, risco de desemprego, risco de atentados, risco de desastres ambientais, risco de catástrofes naturais, risco de novas doenças, etc.”.

A pandemia veio expor e agudizar os problemas já presentes na sociedade, como a exclusão social e a discriminação, assim como, revelou as fragilidades das organizações e

instituições. Acresce que a covid-19 trouxe consigo mais riscos: “o da perda do emprego, o da perda de rendimentos, o da incapacidade para manter uma habitação, o da redução das redes de solidariedade, o da pobreza, o da fome, o agravamento de problemas de saúde, entre muitos outros” (Machado & Melo, junho, 2020, pp.7-8).

A OMS, no dia 11 de março de 2020, qualificou o coronavírus uma emergência de saúde pública, uma pandemia internacional. Sendo que, no dia 18 de março Portugal declarou estado de emergência, suspendendo parcialmente o exercício de direitos, garantias e liberdades. Portugal foi obrigado a desacelerar, estabelecimentos foram obrigados a fechar, desde: atividades de lazer (discotecas, salões de dança, parques de diversão, jardins zoológicos, e similares); atividades desportivas (campos de futebol, futsal, basquetebol, ginásios, estádios, e similares); espaços de jogos (casinos, salões de jogos, entre outros); atividades de restauração (restaurantes, bares, cafetarias, casa de chá, e similares); atividades culturais (cinemas, museus, teatros, auditórios, bibliotecas, pavilhões multiusos, entre outros); atividades em espaços abertos (pistas de ciclismo, provas de exibição, desfiles, festas populares, e similares). Fecharam-se fronteiras, as viagens foram canceladas e as vidas ficaram em suspenso.

As pessoas entraram em confinamento, saindo da sua habitação para o estritamente necessário, como comprar bens alimentares, passear os animais de estimação e praticar exercício físico, mantendo o distanciamento físico e todas as regras de etiqueta respiratória. Illouz (março, 2020) refere que “Même en temps de guerre, les cinémas et les bars underground continuaient de fonctionner; or ici, les villes animées d’Europe que nous aimons sont devenues de sinistres villes fantômes, leurs habitants forcés de se terrer chez eux.” O mundo desacelerou e, finalmente, conseguiu respirar, não pelas melhores razões.

Se num momento andávamos extremamente exaustos e sobrecarregados, noutro, como refere Santos (2020a, p. 6),

Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer mas que só se pode obter por outros meios que não a compra.

E, pelos motivos elencados, a meados de março, o desenvolvimento do projeto foi suspenso na ERPI. Consequentemente, o projeto aqui apresentado não se trata de algo convencional, com o qual estamos acostumados a contactar, é diferente, tal como a situação atípica o exige. Escrevo este parágrafo a 11 de novembro de 2020, o número total de casos confirmados pela Covid-19 está a aproximar-se dos 52 milhões, Portugal já ultrapassou os 192 mil casos, havendo mais de 110 mil casos recuperados, mais de 78 mil ativos e mais de 3 mil óbitos (Direção-Geral de Saúde, setembro, 2020). Não sei o que nos espera, mas uma coisa é certa, nem todas as pessoas vivem a pandemia da mesma maneira, principalmente, em situação de quarentena.

### **3.1 A HETEROGENEIDADE DA QUARENTENA**

A quarentena é discriminatória, uma vez que, não acontece de igual forma em todas as pessoas e, muitas delas não a podem fazer para assegurar a quarentena dos outros, reforçando as assimetrias, a injustiça e a exclusão social. Não é uma pandemia democrática e Santos (2020a), no seu artigo “A sul da quarentena” seleciona alguns conjuntos sociais que refletem essas assimetrias.

Primeiro, as mulheres, que são os soldados na linha da frente, assegurando a prestação de cuidados na sua família e no seu trabalho, exercendo profissões, maioritariamente, na área social, em instituições, e na área da saúde. Tal como nos refere Borges (junho, 2020, p. 17), a Mulher possui uma polaridade de papéis na sociedade, são “mães/companheiras/cuidadoras/profissionais”.

Santos (2020a) refere que, em tempos atípicos como estes, a violência doméstica contra a mulher tende a agudizar-se, principalmente, em ambiente doméstico. E, neste sentido, com o confinamento das famílias a violência doméstica intensificou-se. Verificou-se também o aumento do número de divórcios no período da quarentena (Santos, 2020a). Este aumento de divórcios pode estar associado aos casos de violência, mas deve-se também, como nos refere Silva (abril, 2020), baseado no filósofo Filipe Abreu, à “percepção real daquilo que temos e daquilo que se quer”. A quarentena obrigou a que muitos casais convivessem diariamente, partilhassem o mesmo espaço, aumentando a ansiedade e causando ruturas

naqueles que viviam no conforto da relação. Noutros casos, aconteceu o contrário, propiciando a reaproximação e o fortalecimento dos laços.

Outro grupo que Santos (2020a) menciona são os trabalhadores precários, aqueles que serão os primeiros a serem despedidos, questionando

O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção (Santos, 2020a, p. 17).

Este dilema afetou muitas pessoas, não é nada fácil escolher entre a sua saúde, a saúde da sua família e o trabalho, trabalho este que permite que compre alimentos e outros bens que asseguram as necessidades básicas de sobrevivência. Deste modo, observou-se o aumento das fragilidades laborais e, em simultâneo, familiares. O mesmo autor menciona também os vendedores ambulantes, que arriscam a sua segurança para levarem produtos ao domicílio, garantindo a sua sobrevivência e a quarentena de outros.

Continuando no mundo laboral, rapidamente, se ouviu o termo *lay-off*, que segundo o site da Segurança Social, se refere à “redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas” (Segurança Social, 2020), uma medida para evitar o agravamento do desemprego e a falência de empresas. Uma estratégia que as entidades empregadoras colocaram em prática para a manutenção da distância, sempre que possível, é o teletrabalho, ou seja, trabalhar à distância, que segundo a deputada Marta Freitas citada por Silva (julho, 2020), pode ser analisado em duas dimensões, por um lado, realçou

desigualdades para determinados contextos sócio-económicos, de actividades e conteúdo laboral de género, sobrecarregando as mulheres, por outro, também trouxe oportunidades para algumas pessoas mais vulneráveis, como os cidadãos portadores de incapacidades ou deficiência, pais e mães de crianças e jovens com deficiência, cuidadores informais ou aqueles que necessitam de fazer longas distâncias entre suas residências e os seus locais de trabalho.

Outro grupo social que refere são as pessoas que moram em casas sem as condições mínimas habitacionais, vivendo em aglomerados, não cumprindo o distanciamento social e outras condições que a pandemia exige como, por exemplo, o distanciamento físico e a lavagem frequente das mãos. Tal como a população sem-abrigo, que já se encontra em

situação vulnerável, carecendo de habitação, de alimentação, ou seja, de grandes dificuldades em satisfazerem as suas necessidades básicas. Para além, destes problemas acresce a dificuldade, nas circunstâncias atuais, de aquisição de equipamentos de proteção individual. “Percebemos mais do que nunca a importância de se ter acesso a uma casa e tudo o que esta significa em termos de protecção, dignidade e inclusão” (Guimarães et al., junho, 2020, p. 10).

O mesmo acontece em campos de refugiados, onde a propagação do vírus pode ser fatal, no entanto, qual a diferença entre a velha quarentena e a nova quarentena, se vivem todos os dias isolados do mundo? (Santos, 2020a). O mesmo se questiona com as pessoas com deficiência, os constrangimentos e obstáculos que a sociedade diariamente lhes impõe, fazem com que os indivíduos se sintam em quarentena permanente como, por exemplo, não terem as condições para se movimentarem (Santos, 2020a).

Santos (2020a) também menciona os idosos como sendo um grupo vulnerável e de risco às graves manifestações da pandemia, agravando também o facto de ser um grupo afetado e excluído pelo mundo economicista e produtivista. Contudo, não podemos cair no erro de ter um discurso estereotipado com conteúdos idadistas, naturalizando o idoso como vulnerável (Ascensão, abril, 2020).

### **3.2. OS IDOSOS E A PANDEMIA**

Apesar do vírus atingir os sujeitos de todas as idades, os idosos encontram-se num grupo de risco, e é de sublinhar que não pode haver uma generalização, não pode haver uma homogeneização deste grupo social. Lemos (junho, 2020, p. 12) refere que na análise de risco, para além das dimensões cronológicas e biológicas, devem ser englobados aspetos psicológicos e culturais, pois “as vulnerabilidades que estruturalmente afetam este grupo populacional bem como os processos identitários expressos nas (auto)representações sociais sobre ser velho constituem igualmente elementos configuradores da distribuição da infeção na sociedade”. Neste sentido, na análise de risco não podemos associar o processo de envelhecimento só à dimensão cronológica ou ao decréscimo de saúde, pois seria uma visão pobre em relação a esta etapa de vida.

Além disso, os idosos têm possuído papéis muito importantes neste contexto de incerteza e instabilidade, tal como referem Melo, Guedes e Ribeiro (junho, 2020, p. 35), são, a título de exemplo

(...) o apoio e suporte à família e aos netos, que uma parte dos idosos continuo a prestar (...); a confeção de máscaras e materiais de proteção individual; a resposta voluntária face às carências e necessidades atuais das comunidades, nomeadamente alimentares; e a intervenção direta no tratamento da doença.

No entanto, não podemos esquecer os idosos que se viram, e que ainda se veem, isolados socialmente, confinados nas suas casas, afastados do convívio social e, muitos, afastados das suas famílias, situação que se agrava com o encerramento dos centros de dia e suspensão das visitas nas ERPI, tentando contornar a situação com os meios comunicacionais tecnológicos. Contudo, alguns idosos possuem dificuldades neste campo tecnológico, por exemplo, a falta de recursos para adquirirem equipamentos eletrónicos e a limitada literacia digital, isto é, para além do uso correto dos equipamentos, o sujeito tem de compreender e interpretar a informação obtida por meios tecnológicos. Aqui o cuidador pode auxiliar o idoso na sua utilização.

Não menosprezando os fatores que têm colocado em risco os idosos, ao longo do tempo, em situação de isolamento e solidão, que segundo Melo, Guedes e Ribeiro (junho, 2020, p. 36), são “viver em contexto rural, a idade avançada, morar sozinho ou em estrutura residencial, viuvez, baixo nível de escolaridade e rendimento, mau estado de saúde, baixo nível funcional, a falta de visão e a perda auditiva e falta de amigos.” Os mesmos autores mencionam que o isolamento e a solidão acarretam consequências negativas no ser humano, afetando a saúde e a qualidade de vida das pessoas, desenvolvendo problemas de saúde mental: “(...) aumentam os sentimentos de vulnerabilidade e provocam deficiências na atenção, cognição, afeto e comportamento (...)” (Melo, Guedes e Ribeiro, junho, 2020, p. 34).

No que concerne às ERPI, segundo o jornal *Público* (abril, 2020), grande parte das Instituição Particulares de Solidariedade Social (IPSS) não têm condições para cuidar dos idosos infetados, tanto a nível estrutural como físico, para procederem ao isolamento, o que levou as instituições a reinventarem-se. Lemos (junho, 2020, p. 14) aponta no seu artigo algumas debilidades das ERPI: “ausência de uma política de avaliação de qualidade e de uma

política de formação aos cuidadores formais”; “escassez estrutural de recursos humanos e sobrecarga de trabalho nestas instituições”; e ausência de funcionárias, de modo a assegurarem “o apoio de filhos menores”. Neste sentido, existe uma sobrecarga nos cuidadores formais e, conseqüentemente, um aumento dos níveis de stress nos funcionários, desencadeando, conseqüentemente, implicações físicas e psicológicas. Deste modo, garantir os cuidados especializados e adequados às necessidades das pessoas torna-se difícil.

Várias são as alíneas que constam no documento de orientação para ERPI, três delas: “a) Higiene, limpeza, desinfeção e gestão de resíduos”, “b) Distanciamento social. Concentração de pessoas e ventilação de espaços” e “c) visitas” (Freitas, 2020). Para além da suspensão de vistas, é igualmente suspenso a saída dos idosos da instituição e o desenvolvimento de atividades de grupo (Lemos, junho, 2020, p. 15). Ou seja, os idosos viram-se afastados das suas famílias, da comunidade e dos residentes. Contudo, questiono, será possível manter o distanciamento físico em edifícios que se encontram sobrelotados?

A meados de agosto eram inúmeras as ERPI com contágios de covid-19 e, infelizmente, a tendência da curva tem sido no sentido ascendente. Uma das respostas desenvolvidas para fazer face a esta situação, entrou em vigor no início de outubro, tratando-se de brigadas de intervenção rápida, atuando a nível nacional. Contudo são necessários recursos humanos para incorporarem as equipas multidisciplinares. As brigadas de intervenção rápida distritais atuam quando a instituição sofre um surto de covid-19 e, por esse motivo, deixam de dispor de profissionais (Rodrigues, setembro, 2020).

Uma das estratégias, utilizadas pelas instituições, para encurtar o distanciamento físico é a realização de videochamadas, a comunicação digital, como já foi referido. Lemos (junho, 2020), menciona que foram realizadas imensas denúncias à Provedoria da Justiça, relacionadas com as dificuldades em contactar os idosos, o que revela também as lacunas organizacionais. Para além disso, é necessário explicar às pessoas o porquê da realização de videochamadas, o porquê de estarem a utilizarem um equipamento eletrónico para conversarem com os seus familiares e amigos, pois não se pode tratar meramente de uma resposta às famílias. A sala virtual não pode tornar-se o nosso quotidiano, o ser humano é um

ser social e tem a necessidade intrínseca de estar e conectar-se com o outro, ou seja, da socialização “tradicional”, que segundo Abrantes (2011, p. 135), é o

processo de constituição dos indivíduos e das sociedades, através das interações, atividades e práticas sociais, regulado por emoções, relações de poder e projetos identitários-biográficos, numa dialética entre organismos biológicos e contextos socioculturais. Desta forma, os indivíduos vão produzindo a sociedade e sendo produzidos por ela.

A pandemia veio também revelar a primazia que a democracia tem dado, ao longo dos tempos, aos mais jovens, criando uma rede pública de acesso universal para os mesmos. Contudo, atualmente, vê-se a mobilização de recursos com o objetivo de prevenir o contágio das pessoas mais velhas. O governo anunciou reforços de “milhões de euros para aumentar e requalificar a rede de equipamentos de apoio social a idosos” (Monteiro, setembro, 2020, p. 3). Contudo, estes esforços têm de ser acompanhados de medidas e estratégias estruturais. Monteiro (setembro, 2020) sugere a criação de uma rede pública de apoio aos idosos, assim como, a supervisão direta por parte Estado, uma vez que, atualmente, financia e delega as competências de cuidar a instituições sociais, pois não dispõe de estruturas próprias para os indivíduos mais velhos.

### **3.2.1. A SOCIEDADE QUE SILENCIA A VOZ DOS MAIS VELHOS**

Primeiramente, coloco três questões: quantas pessoas falam dos idosos durante esta pandemia? Praticamente, todo a gente; quem ouviu e ouve a voz dos idosos para decidirem as medidas que lhes dizem respeito? Praticamente, ninguém; que dispositivos foram criados para que as pessoas mais velhas pudessem participar em igualdade na sociedade? Por enquanto, não há conhecimento de nenhum.

Portanto, todas as medidas foram e são pensadas, elaboradas e implementadas sem o consentimento e participação dos principais interessados, os idosos, o contrário daquilo que é defendido na democracia participativa que se preocupa em envolver as pessoas, mantendo-as mais ativas, combatendo a exclusão e a solidão e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dos mesmos. É observado que não ouvem a voz das pessoas idosas, diminuem o seu papel na comunidade, condicionando os esforços desenvolvidos, ao longo dos tempos, em manter os sujeitos em interação com a sociedade, empoderados e

participativos, principalmente, nas decisões que se encontram diretamente relacionadas com a sua vida.

Segundo Lemos (junho, 2020, p.16), esta posição pode ser entendida pelas pessoas idosos como forma de abuso, sendo este definido como “qualquer ato isolado ou repetido, ou ausência de uma ação apropriada, que ocorre no âmbito de um qualquer relacionamento onde haja expectativa de confiança, causador de dano ou incómodo a uma pessoa idosa (OMS, 2002, citado por Lemos, junho, 2020: p. 14). Não esquecendo as formas de abuso mais frequentemente reportadas, já anteriores à pandemia, no contexto institucional, que com as circunstâncias atuais têm tendência a agravarem-se, destacando-se o abuso “emocional, em que se inclui a despersonalização e a infantilização, a negligência (...), bem como a sobremedicação e o abuso financeiro” (Lemos, junho, 2020, p. 14).

O envelhecimento, como já foi anteriormente analisado, não é sinónimo de perda de autonomia e de voz própria, é um processo de desenvolvimento humano único, onde existem ganhos e perdas, como em todas as idades. É necessário que ouçam as pessoas mais velhas, os seus interesses, as suas necessidades, as suas opiniões, e não serem excluídas e caracterizadas como um grupo social homogéneo, uma vez que cada ser humano é único e irrepetível.

Logo, no mundo global em que nos encontramos, onde as mudanças são constantes e onde somos frequentemente desafiados, como é o exemplo da pandemia pela qual estamos a passar, que coloca à prova as pessoas, a sua resiliência e a sua plasticidade. É essencial que exista participação de todos para construir o bem comum, como também é importante a criação de laços baseados no altruísmo, na empatia e na solidariedade.

### **3.3. DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA**

Várias foram e são as recomendações da OMS aos profissionais, a públicos específicos e às pessoas em geral. Estas recomendações são estratégias que os profissionais devem ter

na base da sua intervenção, com o objetivo de atenuar a ampliação do vírus e, ao mesmo tempo, enfrentar as alterações sociais que este provocou na sociedade.

Assistimos constantemente à adaptação do ser humano a esta nova realidade e às modificações que a acompanham, ou seja, ao processo de resiliência das pessoas, onde os trabalhadores da área social não foram exceção. São exigidas respostas de emergência para combater a situação atípica pelo qual o mundo está a passar. E, neste sentido, surgiu a necessidade de estratégias de intervenção mais diversificadas e ajustadas aos novos desafios laborais, recorrendo a todos os recursos que estão ao alcance, a título de exemplo, utilização das potencialidades tecnológicas para estabelecimento de comunicações à distância.

Os profissionais reinventam-se a si e reinventam a sua praxis, constantemente. A pandemia “obrigou a repensar as práticas e a reforçar o trabalho em parceria com atores individuais e coletivos”, assim como, abriu “portas para a reflexão e para a reinvenção de modos de agir e de intervir, planos nos quais se destacam uma noção muito séria de compromisso social e de espírito de missão aos quais escolhemos não ser alheios” (Machado & Melo, junho, 2020, p. 9).

O Estado Social e os profissionais são confrontados com um novo fenómeno. Para além, das franjas de pobreza já visíveis e às quais já davam apoio, uma nova franja de pobreza surgiu, uma pobreza envergonhada, constituída por pessoas que nunca tinham solicitado apoio e, de um momento para o outro, assistiram as suas vidas a desestabilizarem-se. Tal como refere Borges (junho, 2020, p. 18),

A amplitude da fragilidade social alargou-se dramaticamente, e se o Estado Social teve de reagir para acolher quem não conhecia os caminhos das franjas, os outros, aqueles mais invisíveis, e já de si resilientes, tiveram de procurar caminhos para respostas afastadas socialmente das suas necessidades.

No que concerne à intervenção com os idosos, os profissionais preocupam-se em cumprir a sua missão, protegendo-os, garantindo a qualidade de vida dos mesmos, a satisfação das necessidades básicas e de todos os cuidados. Recorrem a vários equipamentos de proteção como o uso de máscara cirúrgica, luvas e, por exemplo, o controlo frequente da temperatura corporal. Várias foram e são as instituições que implementaram turnos de 12h horas, vários dias seguidos, ou até mesmo, a permanência dos funcionários uma/duas

semanas na instituição, longe das suas famílias. Observou-se e observa-se profissionais exaustos, a precisarem de descanso. Os profissionais cuidam dos idosos, e quem cuida dos profissionais? Muitas instituições recorrem a voluntários para assegurarem os cuidados necessários, no entanto muitos não possuem as qualificações necessárias para garantirem o bem-estar integral da pessoa idosa.

Os profissionais também enfrentam o medo, sendo caracterizado por Martins e Alves (maio, 2020, p. 11) em quatro perspetivas: “medo de se contagiar, medo antecipado do sentimento de culpa por contagiar, medo de não conseguir gerir situações de saúde, medo de familiares que ameaçam corte de relação caso vão trabalhar”. Este medo também causou, e causa, uma redução de profissionais nas instituições.

Recorrendo a Melo, Guedes e Ribeiro (junho, 2020), é possível identificar diversas dificuldades e oportunidades sentidas pelos profissionais. Começando pelas dificuldades, destacam-se: a elaboração de planos de contingência; a alteração dos comportamentos; o desenvolvimento de intervenções para reduzir o isolamento social; as dificuldades no recrutamento de profissionais e na articulação com as diversas entidades que atuam em contextos pandémicos; o apoio aos sujeitos mais isolados; e as “intervenções com as pessoas idosas institucionalizadas que, privadas das visitas dos seus familiares se viram com a sua situação demencial e/ou depressiva agravada” (Melo, Guedes & Ribeiro, junho, 2020, p. 37).

No que diz respeito às oportunidades, que podem ser retiradas do contexto atual, são: a tomada de consciência dos profissionais sobre os seus limites; o desenvolvimento de novas estratégias de intervenção; o conhecimento da intervenção em contexto pandémico, identificando os elementos desestabilizadores e as necessidades dos sujeitos; o debate sobre os conceitos idadistas e a luta contra os estereótipos sobre os idosos, demonstrando a heterogeneidade e contributos deste grupo na sociedade; o aperfeiçoamento das competências tecnológicas; e a avaliação das respostas.

Por último, ouvimos a ênfase, todos os dias, do trabalho dos profissionais de saúde, com todo o mérito, mas e os profissionais das IPSS também não merecem esse

reconhecimento? Armindo Vicente, presidente do Secretariado Regional das Misericórdias de Faro, citado por Rodrigues (março, 2020) refere

Nós temos aqui funcionários que são quase monges, que vão de casa para o trabalho e daqui para suas casas, demonstrando um espírito de doação, de missão e de responsabilidade incríveis. Acho que, quando falamos de heróis e heroínas, temos de olhar para estas pessoas, que, com a possibilidade de se infetarem, se disciplinam para agir desta forma.

Esta citação retrata aquilo que tem sido o trabalho dos profissionais das IPSS, demonstrando que deve existir um tratamento igualitário entre profissões, uma vez que todos trabalham para o bem comum.

### **3.4. O CASO CONCRETO DA ERPI**

Apesar do desenvolvimento do projeto ter sido suspenso, foi possível contactar a instituição, mais precisamente a Diretora Técnica (DT), e perceber algumas das alterações que esta pandemia provocou na ERPI, uma vez que o aparecimento súbito e prolongado da covid-19, levou a instituição a reinventar-se e a lutar todos os dias pelo o bem-estar dos seus residentes. Num primeiro momento, a DT reuniu-se com os colaboradores para juntos perceberem o que era a covid-19, analisarem as recomendações da Direção-Geral de Saúde (DGS), perceberem quais as medidas preventivas a adotarem na instituição, assim como a definição de planos para fazerem face ao novo vírus, como, a título de exemplo, os procedimentos *post mortem*.

Rapidamente, foram distribuídos panfletos e soluções antissépticas pelo edifício, em locais estratégicos como, por exemplo, nos salões, no refeitório e carrinhos de higiene, sensibilizando à higienização das mãos, assim como, ao apelo das regras de etiqueta respiratória. A limpeza e higienização dos revestimentos, equipamentos, utensílios, objetos e superfícies mais manuseadas (por exemplo, corrimões, maçanetas das portas, botões do elevador, telefones e interruptores) são frequentemente desinfetadas. Para a ventilação dos espaços, o arejamento dos quartos dos idosos é realizado da parte da manhã, sendo esta prática já adotada antes da pandemia.

Foram definidas áreas de isolamento covid-19, áreas de isolamento profilático, assim como, circuitos limpos e sujos e um espaço para área de contaminados e descontaminados, pois todos os materiais vindos do exterior (inclusive medicação) ficam na área dos contaminados e, só, depois de se proceder à desinfecção é que passam para a área descontaminada. Às pessoas externas ao serviço como, por exemplo, agentes funerários, equipa de INEM e técnicos de manutenção, é disponibilizado um kit individual que contém bata descartável, cobre sapatos e máscara.

Apesar de procurarem manter as rotinas dos idosos, são visíveis as implicações desta nova realidade no quotidiano das pessoas, assim como, na sua saúde física, psicológica e social. Os idosos encontram-se separados nos salões, nos corredores e nos pisos, o que já era visível anteriormente devido à grande área do edifício, no entanto agora observa-se de maneira mais acentuada. Se antes as refeições já se realizavam em dois horários (primeiramente, os mais dependentes e, de seguida os mais autónomos), atualmente essa divisão ainda é mais desfasada, sendo dois por mesa, preferencialmente com colegas de quarto/corredor.

Este distanciamento físico dos idosos faz com que não tenham tanta interação com as outras pessoas como o desejável, uma vez que, o desenvolvimento e a evolução realizam-se em interação com o mundo, as pessoas e tudo o que o constitui. Como já foi referido, a pandemia requer distanciamento físico e não social, mas será que já não existia distanciamento social e com esta nova realidade se intensificou? A voz das pessoas não é escutada, não interferem no contexto onde se encontram como o desejável, então o distanciamento social já é um problema anterior à pandemia.

Outra medida adotada trata-se da suspensão de visitas entre o mês de março e junho, sendo retomadas no dia um de junho, previamente marcadas, de segunda a domingo e feriados, entre as 14:30 e as 17:30. Contudo, apesar de haverem visitas estas também têm restrições, para além da higienização das mãos e da utilização da máscara facial (cirúrgica ou comunitária), é necessário manter o distanciamento físico e evitar qualquer contacto físico com o idoso (beijos, abraços, etc.). Para colmatarem o distanciamento físico, são realizadas videochamadas entre os idosos e os familiares, visto que não é permitida a saída dos

residentes, a não ser em situações urgentes e impossíveis de tratar pela equipa de saúde da instituição.

Neste sentido, a interação com o exterior é bastante limitada. Os idosos vivem isolados e confinados entre paredes, afastados das suas famílias e amigos. Para uns, esse afastamento já era habitual, pois não tinham visitas com regularidade. Para outros, este isolamento e a falta de contacto com a família não é entendida de ânimo leve, dado que mantinham contactos com frequência com aqueles que lhes são próximos, influenciando diretamente o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

De modo, a manterem os idosos atualizados e informados, são realizadas conversas individuais para facilitar a compreensão das características do vírus, assim como, o acompanhamento da realidade, embora nem todos os idosos tenham consciência da situação atual. É notável maior desorientação dos adultos seniores, assim como, o sentimento de revolta pela situação pela qual estão a passar, o que leva a implicações na sua qualidade de vida. Observam uma perda de autonomia dos idosos, o crescimento de patologias e aparecimento de novos casos de demência.

Relativamente aos recursos humanos (ajudantes de ação direta e auxiliares), começaram a realizar horários desfasados em espelho, ou seja, cumprimento de 12h de trabalho, três dias seguidos, seguidamente de três dias de descanso, cumprindo a enfermagem o mesmo horário. Todos os recursos humanos usam máscara cirúrgica, viseira e farda (submetida a lavagem na lavandaria da instituição), assim como, avaliam a temperatura à entrada e à saída da ERPI. O horário das refeições é igualmente desfasado, estando dois por mesa ou por equipa.

É visível o cansaço e a fadiga física e psicológica dos cuidadores formais, com muitos medos e receios por serem potenciais transmissores do vírus, e por carregarem uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades, causando stress excessivo nas equipas, podendo ser designado de síndrome de *burnout*. É de salientar que existe falta de apoio dos poderes locais e nacionais (Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), Segurança Social, Proteção Civil, etc.), não existindo um telefonema semanal para perceberem quais as dificuldades pelas

quais estão a passar e onde poderiam ser úteis. Até ao momento, só existiu uma visita de acompanhamento à instituição. A covid-19 veio também realçar as carências neste tipo de instituições, a título de exemplo, a falta de recursos humanos qualificados e edifícios pouco funcionais.

## 4. CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Trata-se de uma IPSS criada em 1877, impulsionada pela abolição das ordens religiosas que prestavam serviços de saúde e apoio aos mais carenciados que, de um momento para o outro, deixaram de dar proteção nessas áreas. O primeiro marco importante desta instituição ocorreu com a construção do primeiro hospital na região, gerando melhorias bastante significativas a nível da saúde, dando resposta não só à população local como também às pessoas de terras vizinhas. Mais tarde, um novo hospital foi construído, tendo maior capacidade, melhores condições e um maior número de serviços.

Nos anos 70, a instituição alargou as suas repostas com a construção de um edifício onde eram servidas as refeições às pessoas que delas necessitavam. Ainda nesta década se começou a sentir o envelhecimento da população, podendo ser explicado pelo o êxodo rural (onde os mais jovens se deslocavam para grandes centros urbanos à procura de melhores condições de vida), pelo o aumento dos movimentos de pessoas para o estrangeiro (emigração) e pela emancipação da mulher (com a sua entrada no mercado de trabalho, deixou de se dedicar somente ao lar e aos filhos, como até então acontecia, gerando, conseqüentemente, uma quebra na natalidade). Neste sentido, para dar resposta à população cada vez mais envelhecida, foi inaugurado, no fim da década de 80, um novo edifício destinado a funcionar como estrutura residencial de idosos.

Nos anos 90, o serviço domiciliário alargou a sua área de atuação, dando resposta às populações mais distantes do centro. Por último, já no século atual, a instituição regressou à área da saúde com a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração. Neste momento, a instituição tem como respostas a Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração, o Apoio Domiciliário, a loja social e a Estrutura Residencial para Pessoas idosas (ERPI), estando eu, nesta última, a desenvolver o meu projeto de mestrado. Esta instituição gerou grande empregabilidade da população, assim como fornece respostas às necessidades das pessoas, nomeadamente na prestação de cuidados aos adultos seniores no domicílio (no fornecimento de refeições, na limpeza da habitação, no tratamento de roupas e no desenvolvimento de atividade de animação sociocultural e outros serviços) e na ERPI, tal como

na prestação de cuidados saúde. A instituição fornece também bens e roupas às pessoas mais carenciadas através da loja social.

#### **4.1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

Trata-se de uma instituição do distrito de Braga, situada numa região com, aproximadamente, 16 mil habitantes, sendo que, cerca de 20% têm 65 anos ou mais, e 55% entre os 25 a 64 anos (INE, 2019). Uma população com um índice de envelhecimento bastante significativo, com um rácio de cerca de 145% (PORDATA, 2019), sendo vivenciado este fenómeno desde o século passado. A taxa bruta de mortalidade ultrapassa a taxa bruta de natalidade nesta região sendo, aproximadamente, 12 % e 7%, respetivamente, tratando-se de indicadores demográficos que demonstram o envelhecimento da população (PORDATA, 2019).

No que concerne, a aspetos morfológicos, é um território onde ainda encontramos produção agrícola, animal e florestal. No entanto, como se verifica a nível geral, também o número de pessoas empregadas, nesta região, no setor da agricultura decresceu. Tal como se verifica a nível nacional, segundo Lopes, Louçã e Ferro (2019, p.35),

(...) com a industrialização e urbanização a partir de 1960, esse processo foi acelerado (eram ainda 1,291 milhões de pessoas na agricultura em 1974, mas já só cerca de 3% da população ativa em 2011). São 120 mil pessoas com emprego na agricultura nesse momento, num país de 10,6 milhões de habitantes.

As paisagens verdes predominam em grandeza neste território, sendo um atrativo para os turistas, verificando-se crescimento neste setor, “o crescimento do turismo rural ou das residências secundárias (...) convive paredes meias com o produtivismo de algumas culturas agrícolas do mercado global” (Lopes, Louçã e Ferro, 2019, p. 37).

No entanto, não podemos delimitar-nos só a aspetos físicos, mas alargar o nosso campo de visão para elementos constitutivos, ou seja, as pessoas e as suas relações, as relações de poder, os costumes, os valores, contextualizados no espaço e no tempo. Segundo Silva (2006, p. 111), “o território é um espaço socialmente construído e vivido por actores e ao longo de

uma dada história, e inscreve em si, como quadro de actuação desses atores, as marcas das atuações pretéritas e presentes”.

Assim sendo, é um território com muito património cultural, onde a religião está muito presente, devido à sua história, nomeadamente cristã. Costumes ligados, por exemplo, à agricultura ainda estão muito vinculados, podendo ser salientados um conjunto de elementos tradicionais, que é o caso dos cantares (desgarrada), das danças (coreografias do rancho) e o convívio proporcionado pelas atividades do setor primário, abarcando inúmeras vantagens, como a partilha de conhecimentos, a socialização e ao desenvolvimento pessoal e local.

Por ser um território pequeno, todas as pessoas se conhecem umas às outras, por um lado, é benéfico, porque em caso de necessidade existe um sentimento de ajudar o próximo. Por outro, limita muito as ações dos sujeitos, pois têm medo de serem julgados, por exemplo, por fazerem algo que não é comum naquela localidade, por se vestirem de maneira diferente, por seguirem outros valores.

Apesar de ter evoluído muito a nível de serviços, um setor que aumentou exponencialmente ao longo dos anos, representando 69% em 2017 a nível nacional (Lopes, Louçã e Ferro, 2019), é necessário evoluir ainda mais no campo da abertura de mentalidades, respeitando e aceitando a individualidade de cada um. “Uma colectividade pode perfeitamente funcionar admitindo no seu interior uma certa pluralidade cultural” (Cuche, 1999, p.152). É necessário o respeito pela diferença, isto é, pela alteridade que, segundo o dicionário Houaiss (2001) citado por Silva (2007: p. 19) “é a natureza ou condição do que é outro, do que é distinto (...) o termo é compreendido como situação, estado, ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença”.

No concerne à ERPI, trata-se de um edifício com grande área envolvente, bastante amplo e de fácil acesso, onde encontramos um terraço, zonas verdes (jardim, área florestal), bancos, zonas de arrumação, estendal e parques de estacionamento. O lar está situado numa zona privilegiada da região, com vista para um dos monumentos mais emblemáticos, com grande exposição solar, localizado ao lado de uma escola. No entanto, os encontros

intergeracionais com as crianças ocorrem esporadicamente, essencialmente, em datas comemorativas.

O edifício está organizado em três pisos: o -1, o 0 e o 1. No piso -1, encontram-se os quartos das pessoas mais dependentes, que necessitam de cuidados diferenciados. Situam-se também, neste piso, o gabinete do enfermeiro, uma sala de fisioterapia, o armazém e os balneários. No piso 0, localiza-se o gabinete da DT, uma sala de reuniões (salão nobre), a secretaria, a ala nova, a sala de visitas, o salão, a capela, o refeitório e a lavandaria. Por último, o piso 1, está dividido em duas alas, a ala 1 e a ala 2, encontrando-se mais quartos, principalmente, das pessoas menos dependentes, existindo quatros duplos, triplos e suites.

Contém escadas que ligam os três pisos, assim como um elevador com grande dimensão para as pessoas com dificuldades de locomoção, e que necessitam de ajuda técnica. Por toda a estrutura residencial encontramos corrimões, trazendo conforto e segurança, tendo como função o apoio à pessoa, dando equilíbrio e segurança, auxiliando nas deslocções, evitando, muitas vezes, quedas. Pelos os corredores encontramos cadeiras, cadeirões e sofás, onde podemos observar, ao longo do dia, grupos de pessoas a conversarem e a socializarem.

O edifício, atualmente, está a ser requalificado o que gera alguns constrangimentos como, por exemplo, não ter informação afixada nas paredes (à exceção do refeitório que possui um quadro onde são colocadas as ementas semanais), assim como a deslocação de camas para outras alas (por exemplo, uma sala que estava destinada a lazer está, neste momento, ocupada com camas).

## **4.2. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS**

Como já foi referido, a ERPI é uma das respostas da instituição, e o local onde comecei a desenvolver o projeto de mestrado. Esta estabelece acordo de cooperação com a Segurança Social, abrangendo 68 pessoas, sendo a capacidade disponível no momento, no entanto, com as requalificações do edifício, essa capacidade pode aumentar.

A instituição prioriza situações de idosos sem retaguarda familiar, residentes na região, que por diversos fatores (particulares, financeiros ou de saúde) não lhes possibilita permanecer no seu meio habitacional. Para integrar esta comunidade, é necessário realizar uma inscrição concretizada presencialmente com a Diretora Técnica (DT), tendo presenciado algumas durante a minha estadia na instituição.

No decorrer das reuniões de inscrição, a DT recolhia o máximo de informação possível, desde os dados sociodemográficos, como questionava se a pessoa realiza as atividades da vida diária (AVD) autonomamente ou com auxílio, o valor da reforma, o relatório clínico, se tinha filhos e, se sim, onde residiam e as quais as suas profissões. Todas as informações fornecidas são essenciais para o processo de integração da pessoa. Posteriormente, a ficha de inscrição segue para a lista de espera, pois, atualmente, a sua capacidade não lhe possibilita dar resposta a todos os pedidos.

No caso de surgir uma vaga é realizada a admissão e realizado um contrato, aí será calculado o valor da mensalidade, pois não existe um valor estipulado. Para além, da mensalidade, a pessoa paga a medicação que toma mais 10 euros (se for necessária alguma medicação adicional como, por exemplo, paracetamol), assim como o transporte (por exemplo, se for necessário que alguma ambulância vá buscar a pessoa ao hospital) e a fisioterapia.

Por este motivo, os sujeitos são denominados de utentes, porque pagam uma mensalidade e usufruem de serviços (alimentação, cuidados de saúde, tratamento de roupas, alojamento, apoio psicossocial, serviços de assistência religiosa, animação sociocultural, fisioterapia, etc.). No entanto, a utilização deste termo corta com tudo o que são características individuais da pessoa, a sua história e a sua identidade. Uteute é incompatível com a democracia cultural, nesta perspetiva as pessoas não são participantes, apenas lhes é prestado um serviço, criando um público homogéneo, uma igualdade ilusória (Lopes, 2009).

Passando para os campos pelos os quais a instituição guia a sua praxis, com o objetivo do desenvolvimento da pessoa idosa, destacando-se a autonomia, por exemplo, insistir na realização das atividades de vida diária (AVD) (autocuidado, vestir-se, alimentar-se, calçar-se,

realizar a higiene pessoal, etc.). Menciona também a manutenção e o reforço dos laços afetivos e familiares, no entanto, aquilo que verifica é que são sempre as mesmas pessoas a visitarem os mesmos idosos. Outro aspeto que é referido é a ligação à comunidade, encontros esses que se dão esporadicamente, por exemplo, em dias comemorativos (realização de passeios e visitas a locais e monumentos). No entanto, é de destacar um pequeno grupo de sujeitos com grande autonomia que saem da instituição para irem, por exemplo, tomar café ou realizar uma caminhada.

## **5. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO E ANÁLISE DA REALIDADE**

### **5.1. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO**

O primeiro contacto decorreu no dia 7 de outubro de 2019, quando preenchi um requerimento propondo uma reunião com os membros da mesa administrativa, com o intuito de desenvolver o meu projeto de mestrado numa das suas respostas. O feedback ao requerimento foi rápido, sendo agendada uma reunião no dia 11 de outubro de 2019, com a provedora e o vice-provedor. Nessa reunião expus o meu caso, ao qual se mostraram bastante recetivos ao pedido, não colocando qualquer obstáculo à realização do projeto. No entanto, mencionaram que não tinham ninguém com formação em educação social.

Posteriormente, por chamada telefónica, transmitiram-me que iria realizar o projeto de mestrado na estrutura residencial para idosos. Deste modo, o passo seguinte tratou-se de uma reunião com DT, durando cerca de 1 hora, realizando-se esta no dia 29 de outubro de 2019. No desenrolar da reunião, a DT mostrou-se bastante acessível, partilhando informações como, por exemplo, mencionando que a instituição prioriza situações de idosos com ausência de retaguarda familiar, e cuja situação económica, particular ou de saúde não lhes permite permanecer no seu meio habitacional.

De seguida, a DT apresentou-me as instalações, assim como os profissionais que se encontravam no lar, sugerindo que, primeiramente, estivesse mais em salão com o animador sociocultural e a psicomotricista, com o objetivo de conhecer as pessoas e as rotinas do lar, para, posteriormente, proceder à análise documental, por exemplo, processos/planos individuais (PI). Eu concordei, pois era essa a minha intenção, estar em contacto com as pessoas, conhecê-las, uma vez que, o método de pesquisa no terreno defende a presença do investigador nas realidades/contextos sociais, interagindo e contactando com os sujeitos, ou seja,

Observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas (Costa, 1987, p. 132).

Neste sentido, durante as primeiras semanas acompanhei o quotidiano das pessoas no lar, inclusive as atividades dinamizadas pelo animador sociocultural e pela psicomotricista, não ficando só pela observação, dando-me também oportunidade de participação e interação com as pessoas, permitindo e facilitando a minha integração no contexto. Esta abordagem metodológica foi bastante enriquecedora para o projeto, uma vez que, tive oportunidade de me envolver nas dinâmicas da instituição, como também de contactar diretamente com os atores sociais.

No que concerne à equipa do lar, esta é constituída pela diretora técnica (assistente social), psicomotricista, enfermeiro, animador sociocultural, ajudantes de ação direta, auxiliares de serviços gerais, administrativo, psicóloga, terapeuta ocupacional, por último, a médica que se desloca ao lar vários dias por semana e sempre que for necessário.

Relativamente, à Diretora Técnica, esta partilhou muitas informações comigo, desde documentos para alargar o meu conhecimento a nível científico, ao auxílio na elaboração de planos individuais e à partilha de exemplos de estratégias de intervenção. Foi possível verificar que a DT tem como funções: a gestão técnica do lar, coordenando e supervisionando os colaboradores; a promoção de reuniões tanto com os funcionários como com os residentes; a elaboração do mapa de trabalho, de férias e de folgas; assim como a realização de rondas diárias aos quartos e a todos os espaços, com o objetivo de manter a higienização e a organização do edifício.

A DT é também responsável pela cozinha, solicitando refeições não só para o presente lar, como também para outros da região, que usufruem deste serviço. Cabe-lhe também tratar de aspetos mais burocráticos, por exemplo, no que concerne à segurança social (as frequências mensais, dar conhecimento do número de admissões e das suas respetivas mensalidades, como também, se eventualmente, ocorreu algum falecimento).

Observa-se uma equipa multidisciplinar, com grande capacidade de trabalhar em equipa, onde está presente o sentido de interajuda, cooperação, disponibilidade e entrega.

No entanto, foi possível aperceber-me, no dia a dia em que estive presente na instituição, os múltiplos papéis que os técnicos possuem. Há um excesso de burocracia que os impedem de trabalharem mais tempo com as pessoas, ou seja, um acompanhamento mais individualizado.

Passando para o quotidiano das pessoas, normalmente, têm atividades de manhã e de tarde. Por volta das 11h:30min começa-se a servir o almoço, onde vão, primeiramente, os idosos mais dependentes, que necessitam de auxílio para se alimentarem e, em seguida, os menos dependentes. Da parte da tarde, logo no início, distribui-se os líquidos (chá e água), colocando espessante, se o idoso tiver disfagia, para não correr o risco de se engasgar. Em seguida, o técnico realiza com os idosos a atividade que planificou. Por volta das 15h:30min, os idosos vão lanchar, na mesma sequência do almoço, para de seguida, quem quiser ter a possibilidade de ir ao terço, à exceção da sexta-feira que se realiza a eucaristia de manhã e, por isso, já não há terço ao fim da tarde.

A existência de divisão das pessoas na hora das refeições pode ser alvo de reflexão. Primeiramente, vão as pessoas mais dependentes e, posteriormente, as mais autónomas. Embora, seja burocracia determinada pela Segurança Social, se olharmos esta divisão de um modo criticamente social, podemos estar perante uma situação de segregação social, ainda que de forma inconsciente.

Verifico também que são sempre as mesmas pessoas, num número reduzido, a participarem nas atividades de animação sociocultural, no entanto abordarei este ponto mais à frente. O mesmo não se verifica em dias de festas, os idosos ficam muito entusiasmados, pois é um dia que sai da rotina, é um dia diferente. Nesta região, as romarias sempre estiveram muito presentes, portanto, este tipo de atividades cria espaço para reviver memórias e emoções. Neste contexto, observa-se uma comunidade, no sentido em que existe “proximidade, integração, (...) participação” (Silva, 2006, p. 110). As festas proporcionam momentos de socialização, interação, convívio, partilha de ideias e conhecimentos, possibilitando o aumento do poder simbólico, na medida em que se relacionam com os outros. No entanto, as finalidades destas devem ir para além do cumprimento de calendário, não se devendo realizar só em datas comemorativas.

## 5.2. ATIVIDADES DO QUOTIDIANO

A animação “é um processo de intervenção social (...) orientado para o desenvolvimento a partir das pessoas, e que, por isso tem nos processos de educação-ação o seu principal apoio”, sendo “um processo investigativo, educativo e participativo” (Lima, 2003, pp. 133-134), onde existem participantes, e não utentes. É uma estratégia que interliga o passado com o presente, assim como, abre portas para o futuro. Esta tem como umas das suas principais funções a transformação das pessoas e dos coletivos “em agentes e protagonistas do seu próprio desenvolvimento” (Osorio, 2005, p. 255).

Deste modo, não pode ser ativismo por ativismo, tudo tem de ter um fundamento e um propósito, tendo em conta as características das pessoas, as suas necessidades, os seus interesses e gostos, valorizando as potencialidades, as experiências e conhecimentos dos sujeitos, tendo como linha orientadora a democracia participativa. Os profissionais têm de gerar espaços significativos para as pessoas, atividades adequadas às necessidades e características individuais de cada um, atividades que estimulem o desenvolvimento pessoal e local, assim como a mútua educabilidade. Atividades e ações com intencionalidade, seguindo o campo da educação não-formal, podendo esta ser englobada “(...) em vários domínios, nas atividades de animação sociocultural, nas atividades de lazer e de ocupação do tempo, no campo das socioterapias e terapias de grupo e tantas outras práticas educativas” (Mendes, 2018, p.19).

Segundo Osorio (2005, p. 258), os objetivos da animação sociocultural nos lares passam, por exemplo, por: desenvolver programas e projetos que favoreçam e fortaleçam as relações tanto com os familiares, como com os outros idosos e colaboradores do lar; impulsionar “os contactos pessoais das pessoas idosas com o exterior”; “favorecer a criatividade e a expressão corporal”, assim como valorizar e utilizar os conhecimentos e experiências das pessoas.

Berzosa (1995) citado por Osorio (2005: p. 258) propõe um conjunto de atividades, em torno dos objetivos da animação sociocultural, sendo estas: lúdicas, intelectuais, psicológicas, físicas, sociais, de destreza manual, entre outras. Podendo muitas atividades conjugar os

vários campos do desenvolvimento, de modo, a que os adultos tenham ocupado grande parte do seu tempo ócio e se sintam úteis.

O técnico tem de estar permanentemente em investigação, lançando interrogações no sistema, deste modo, “o encontrar de uma resposta e o conseqüente lançamento de uma nova iniciativa (que é a aplicação da resposta encontrada às realidades locais) abrirão imediatamente um novo campo de questionamento e de buscas” (Melo, 1991, p. 154). Portanto, existe uma necessidade de ouvir as pessoas, de saberem o que querem fazer, para que se propicie momentos de educação, de desenvolvimento e crescimento, ou seja, atividades significativas e prazerosas para os sujeitos.

Na ERPI as atividades são organizadas, segundo o que observava, pelo animador sociocultural e pela psicomotricista. As atividades mais frequentes são a musicoterapia, a ginástica, as artes plásticas (pintura e recorte), jogos (bingo, puzzles, etc.) e atividades de preparação para dias comemorativos (dia de São Martinho, Festa de Natal, carnaval, dia da Mulher, entre outros). Sendo que, nestas últimas, as pessoas participam em maior número, principalmente no dia do seu desenvolvimento, pois tratam-se de dias festivos afastados da rotina.

A musicoterapia também é uma atividade que integra e inclui bastante os idosos da instituição, pois ela engloba a voz, o toque de instrumentos musicais, os ritmos, os sentidos, etc., e se alguns idosos não conseguem tocar, conseguem cantar, e se alguns idosos não conseguem cantar, conseguem tocar, sendo uma atividade mais próxima da inclusão. Ao contrário da pintura e do recorte que requeem habilidades físicas para o seu manuseamento, participando um pequeno grupo de pessoas nas mesmas. Independentemente da virtude e interesse destas atividades, questionamos obviamente a possibilidade de cada pessoa organizar o seu próprio tempo e construir a sua própria agenda, em vez de simplesmente aceitar, aderir ou declinar um conjunto de atividades que não contaram com a sua participação direta.

O que se observava também era uma certa infantilização da pessoa idosa, nomeadamente na utilização de imagens infantis nas atividades. Segundo Santos, Corrêa,

Rolim e Coutinho (2016, pp. 182-183), “essas atitudes impedem o reconhecimento das capacidades reais, o potencial, a força de recuperação, o valor crítico bem como a própria avaliação de vida pelos idosos.”

### **5.3. GRUPO DE ADULTOS DA INSTITUIÇÃO**

Ao longo da minha estadia na instituição, utilizando a observação participante, as conversas intencionais, análise documental e análise de conteúdo, em contacto direto com a realidade, foi possível conhecer o contexto e as pessoas, não tanto como gostaria dado ao aparecimento do novo coronavírus, que não possibilitou mais a minha presença na instituição, devido às normas da Direção-Geral de Saúde (DGS).

Contudo, mediante o que analisei, os adultos da ERPI têm idades compreendidas entre os 65 e os 100 anos, com experiências e histórias de vida riquíssimas, com as suas particularidades e com referências comuns. Pelo menos duas pessoas já estiveram a trabalhar no Brasil e em outros países, “Estive em Angola, trabalhava como ama e empregada doméstica.” (D<sup>a</sup>. Lucinda), “Trabalhei na agricultura, também era cozinheira, mas aqui estou de férias.” (D<sup>a</sup>. Inês), “Em solteira trabalhei na tecelagem, depois quando casei trabalhava na moagem, o meu marido era moleiro. Sempre fomos muito poupados e tínhamos uma vida boa, sabíamos governar o dinheiro. Aqui no lar gosto mais de conversar sobre a vida do que fazer alguma coisa.” (D<sup>a</sup>. Glória), “Trabalhei na agricultura, o meu marido era muito trabalhador, era de vida. Gosto de passear, antes ia para São Bentinho e para muitos lados, agora não vou, estou velha não vou para lado nenhum, estou só, estou mal, estou sozinha, é triste.” (D<sup>a</sup>. Fátima), “Andei na tropa, trabalhei numa fábrica de afiação.” (Senhor Júlio), “Estive a trabalhar em Angola” (Senhor Augusto), “Estive em África e depois trabalhei nas barragens. Todas as tardes ia para o café jogar damas, era muito bom nisto, agora jogo de longe a longe.” (Senhor Leonardo), “Gosto de ler, principalmente coisas da igreja.” (D<sup>a</sup>. Laura).

Neste sentido, o aprofundamento das trajetórias de vida das pessoas é um caminho possível para o desenvolvimento do projeto, utilizando o método de histórias de vida. Este enquadra-se também numa metodologia qualitativa de carácter biográfico, tendo como objetivo a construção de conhecimento. Segundo Nogueira, Barros, Araujo e Pimenta (2017,

pp. 468-469), esta metodologia possibilita reviver experiências e caminhos de vida, “ampliar a possibilidade de inventar novos modos de ser no mundo, a partir do vivido e do encontro com o outro; de incorporar o vivido, o passado que se faz presente”, assim como, permite que o sujeito faça novas interpretações sobre aquilo que viveu.

Nogueira et al. (2017, p. 470) acrescentam ainda que esta metodologia possui ligações com “a linguagem, a vida e a mútua implicação entre narração e experiência”, uma vez que, o sujeito partilha a sua história com outra pessoa e não com um objeto, refletindo sobre ela dando-lhe significados. “As lembranças nesse processo não são simplesmente repetir um passado, e sim trabalho, reconstrução e deslocamento” (Nogueira et al.,2017, p. 483).

E porque não possibilitar, que aos adultos deste grupo, partilhem as suas histórias de vida com os outros? Não seria uma forma de encontrarem aspetos em comum, permitindo aproximação entre eles? Ou até mesmo a partilha de experiências, demonstrando que cada vida é uma vida com as suas singularidades? A meu ver tudo isto é possível, uma mais valia para aquelas pessoas, valorizando as suas experiências, as suas aprendizagens, os seus conhecimentos, o seu trajeto de vida, demonstrando que toda a sua bagagem é útil, que pode ser utilizada em novas aprendizagens, para além de desenvolver a comunicação, a reflexão crítica, a socialização e o empoderamento, indo ao encontro da finalidade da proposta de projeto mais à frente apresentada. As pessoas precisam de ser ouvidas, portanto, termino este parágrafo com a frase de Ricoeur (1983, p. 9) citado por Nogueira et al. (2017: p. 469-470) “Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas”.

Focando agora num valor que a é a solidariedade, segundo Diniz (2008, p.32) esta “implica (...) coresponsabilidade, (...) co-existir e (...) con-viver comunitário (...) em virtude do necessário *reconhecimento mútuo* de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento”. Deste modo, a solidariedade deve estar presente na nossa vida, no nosso dia a dia, nas nossas atitudes, no cuidado uns pelos outros.

No entanto, verifico que existem alguns adultos que não põem em prática esse valor, fazendo comentários depreciativos como, por exemplo, “não ligue menina que ele já não está bom da cabeça” ou “esse lugar é meu, levanta-te” obrigando mesmo a pessoa a levantar-se quando não existem lugares marcados. Pode-se então verificar que a solidariedade tem de ser trabalhada com alguns adultos da ERPI, fornecendo “as bases da convivência social”, de modo a que o sentimento de empatia esteja presente nas pessoas da instituição, fortalecendo o vínculo com a comunidade, perpetuando o respeito pelo outro (Diniz, 2008, p.39). Para tal, é necessário a utilização de métodos e estratégias que estimulem a valorização pessoal e coletiva dos adultos da instituição, identificando características comuns e diferentes entre todos, reconhecendo a alteridade como caminho para o desenvolvimento e transformação, para lá do projeto.

Ligado à solidariedade destaco um conceito de Paulo Freire de amorosidade educativa. Os profissionais da estrutura residencial mostraram-se carinhosos, compreensivos, respeitosos e ternurentos com os adultos residentes. Mas de que modo podemos tornar essa amorosidade educativa? Segundo Paulo Freire citado Amorim e Calloni (2017), a amorosidade completa duas linhas de significados.

A primeira vai ao encontro daquilo que é proposto pelo o dicionário, referindo que a amorosidade “é esse doar-se para outrem, ouvi-lo, senti-lo em toda a sua existencialidade, como pessoa, como gente, como semelhante (...) como o *outro* que em mim ressoa (...) tal como *eu*, é um ser de razão e de paixão” (Amorim & Calloni, 2017, p. 383).

A segunda segue uma linha de reflexão sobre nós e o mundo que nos rodeia, desde a natureza/meio ambiente, as relações humanas, a história e a cultura. Ou seja, o mundo para lá do que é visível e do que é físico, “o mundo das nossas intencionalidades (Husserl), o mundo como consciência de mundo, de existencialidade, de demonstração amorosa” (Amorim & Calloni, 2017, p. 384).

Nós, como educadores sociais e profissionais de relação e proximidade, devemos integrar a amorosidade educativa na nossa praxis, no sentido ético de uma solidariedade infinita, contrariando tudo aquilo que promove a exclusão, aumentando o bem-estar,

emancipando o ser humano e fomentando o diálogo e a reflexão. Deste modo, a amorosidade torna-se educativa quando incorporamos também a linha da reflexão, utilizando-a como meio para transformação das pessoas e do mundo que nos rodeia, reavivando a voz das pessoas, de modo a que estas participem ativamente na sociedade, nas dinâmicas e nas decisões da ERPI, respeitando as pessoas e a sua bagem.

Outro campo a ser trabalhado com os idosos da ERPI é a autoestima. É frequente verbalizarem comentários negativos sobre si, por exemplo quando são incentivados a participarem numa atividade e respondem deste modo “isso já não é para mim, estou velha quero é descanso” (D<sup>a</sup>. Judite), ou quando dizem que não conseguem realizar algo, notando-se claramente a desacreditação nas suas potencialidades, uma vez que muitas das vezes nem tentam. Nota-se também uma baixa autoestima quando referem que estão na instituição à espera que chegue a sua vez para falecer, uma frase carregada de bastante negatividade e sem esperança no seu futuro.

É necessário demonstrar a estas pessoas os aspetos positivos do envelhecimento, pois tal como as outras etapas de vida, esta também é caracterizada por ganhos e perdas. Todo o caminho que desenvolveram, ao longo do seu percurso de vida, construiu as pessoas que são hoje. Todos os conhecimentos, experiências, habilidades, competências, valores, aprendizagens e ideias devem ser partilhadas com o mundo. As pessoas, ao sentirem que são ouvidas e ao verificarem que a sua palavra é valorizada e útil, conseqüentemente vão sentir-se bem com elas próprias, vão abrir os seus horizontes a novas experiências e a novas visões, contribuindo para um desenvolvimento são e equilibrado.

Outro assunto a ser refletido trata-se da intergeracionalidade. Sempre que as crianças visitam os idosos na ERPI, estes ficam visivelmente felizes e entusiasmados, no entanto são contactos que não acontecem com muita regularidade. Porque não aumentar esses contactos? Sendo importante também desmitificar, ao mesmo tempo, que a intergeracionalidade acontece entre diferentes gerações e não só entre crianças e idosos. A estrita separação etária, sendo comum em diversas instituições sociais e educativas de todas as naturezas e vocações, é artificial e reitera os problemas do “idadismo” que aqui denunciámos. Assim, contribuir para uma realidade intergeracional, onde haja interação,

partilha e mútua aprendizagem é uma mais valia para o bem-estar dos adultos seniores. Tal como defende a proposta de projeto, em que os participantes e sujeitos são as crianças, os trabalhadores e técnicos da instituição, os familiares dos residentes, os idosos e todos os que queiram colaborar e participar, convivendo e partilhando conhecimentos.

Por último, é importante refletir sobre a identidade e a sua reconstrução. A identidade resulta de um processo de identificação histórico, no qual existe “um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre “ego”, e o “alter”, entre nós e os outros” (Souza, 2016, p. 151). As identidades surgem nos processos interativos, não sendo algo que seja estável, mas sim mutável, construída, reconstruída e desconstruída ao longo da nossa vida (Cuche, 1999).

Portanto, existe uma necessidade de disponibilizarem tempo às pessoas para reconstruírem a sua identidade, de haver toda uma preparação para essa transformação, e para este novo momento da sua vida, de modo a que haja uma boa integração na estrutura residencial e, ao mesmo tempo, desenvolvimento pessoal. Muitas vezes, esta preparação não se verifica, acabando por criar roturas com o seu passado e a sua história de vida.

## 6. PROBLEMAS, NECESSIDADES E POTENCIALIDADES

Para se desenvolver um projeto participativo é necessário identificar e compreender os problemas do contexto, como já fui mencionando anteriormente, para deste modo serem elaboradas respostas adequadas. No contexto em questão, os problemas identificados foram: uma frágil rede de solidariedade social entre os adultos da comunidade; baixa autoestima dos atores sociais; reduzida participação dos adultos nas decisões; e fraco contacto intergeracional.

No que concerne às necessidades, complementando o que já foi referido no ponto 1.1, recorri a Streeten (1981) citado por Silva (2015), que nos elucida para as várias interpretações sobre aquilo que consideramos serem necessidades. Segundo o autor, estas estão ligadas às necessidades básicas (alimentação, higiene, nutrição, etc.) e aos direitos humanos. No entanto, quando estamos em contacto com a realidade temos de ter em conta o contexto, os aspetos culturais e normativos, assim como, as especificidades dos atores sociais, pois o que podem ser necessidades para uns, podem não o ser para outros.

Neste sentido, algumas necessidades foram emergindo no contacto com os atores sociais, no entanto, para ser mais claro, vou dar destaque e especificá-las neste ponto. Assim, as necessidades identificadas foram: a melhoria do contacto intergeracional; o aumento da autoestima dos adultos da instituição; a valorização dos laços de solidariedade entre os atores sociais; e a participação ativa dos adultos nas decisões do quotidiano, assim como, na programação de atividades.

No diz respeito à intergeracionalidade, tem-se verificado na sociedade global um afastamento entre gerações, acentuando outros problemas como, por exemplo, o isolamento social. Este distanciamento está relacionado, com o que já foi referido anteriormente, que são as conceções negativas de velhice no mundo produtivista, onde

devido à revolução tecnológica, o mundo gira em função da inovação, criatividade e conhecimento, assim, apesar de a velhice ser sinónimo de conhecimento, experiência e sabedoria, o respeito por esta fase de vida, foi substituído pelo respeito pela ciência e pela inovação tecnológica (Cantinho, 2018, p. 34).

Outra ideia sobre a intergeracionalidade, é que esta não se dá só entre crianças e idosos, mas em qualquer relação recíproca entre indivíduos de diferentes gerações, por exemplo, entre os técnicos e o grupo de adultos. E o que também me faz refletir e observava na instituição, é exatamente o que Cantinho (2018, pp. 34-35) refere “na sociedade moderna o homem vive sem tempo para relacionar-se com o outro e, se no passado relações intergeracionais surgiam espontaneamente, atualmente surge a necessidade de formalizar os encontros deste âmbito”. Atualmente, dispensam mais tempo à formalização dos encontros intergeracionais, do que à qualidade desses contactos, estando as prioridades trocadas, o que não deve acontecer, uma vez que, as trocas intergeracionais contribuem “para o crescimento e desenvolvimento mútuo” (Cantinho, 2018, p. 35).

Os contactos intergeracionais são extremamente ricos pelos momentos de partilha, por exemplo, de experiências, trajetórias de vida, valores, crenças, hábitos, conhecimentos e habilidades. Esta aproximação de gerações facilita a inclusão, a participação social dos adultos, assim como leva as pessoas “a aprender e a apreciar heranças culturais e tradições” (Cantinho, 2018, p. 35). O contacto intergeracional é integrado no campo da educação de adultos, defendendo a aprendizagem ao longo da vida, onde é possível aprender fora dos contextos formais (escolas) e em qualquer idade.

Outro aspeto visível, em alguns adultos da instituição, trata-se da perda de autoestima. Muitos não acreditam nas suas potencialidades, por exemplo, na realização de atividades, por vezes até, no decorrer do diálogo faziam comentários negativos sobre si. Muitas destas situações estão ligadas a limitações físicas, psicológicas e sociais, à fraca retaguarda familiar e à interiorização de estereótipos que a sociedade tece em relação a esta faixa etária. Segundo Salerno, Bolina, Dias, Martins e Tavares (2015, p. 776), “os idosos podem desenvolver estratégias para melhorar a autoestima, como por exemplo, a valorização dos aspectos positivos do envelhecimento bem como os conhecimentos adquiridos com o passar dos anos”. Mais uma vez, se demonstra, através da citação anterior, a importância das experiências e dos conhecimentos adquiridos ao longo da sua trajetória, cujo caminho leva a um envelhecimento harmonioso, onde as pessoas se valorizam e conseguem enfrentar os desafios da vida.

Passando para a necessidade da valorização dos laços de solidariedade entre os atores sociais, era frequente observar atitudes de indiferença e escutar comentários negativos que faziam uns aos outros. Contudo, para que haja uma convivência harmoniosa, a integração e emancipação dos adultos, onde reine a empatia, a cidadania, o bem-estar, a compreensão, a consciência e o diálogo, é primordial o reconhecimento da diferença e das características individuais de cada pessoa (Trevisam, 2018).

Por última, mas não menos importante, a necessidade de uma participação ativa dos adultos nas decisões do cotidiano, assim como na programação de atividades. A envolvimento dos atores sociais e o reconhecimento da sua palavra desenvolvem também a sua valorização pessoal, o “*empowerment* individual e comunitário” e, neste sentido, é “promotor de saúde, equidade, desenvolvimento e bem-estar” (Almeida, 2016, p. 404).

Passando para as potencialidades identificadas no contexto, destacam-se: as histórias de vida dos adultos, cheias de conhecimentos, aprendizagens e experiências; o edifício, espaço amplo e com zonas verdes; a abertura e flexibilidade por parte de toda a equipa para o desenvolvimento do projeto; e a solidariedade que existe entre alguns adultos.

## **6.1. A QUESTÃO DA SELEÇÃO DOS PROBLEMAS CENTRAIS**

Normalmente, este momento do projeto é designado por priorização de problemas, no entanto, este projeto não obedece a uma hierarquia, mas a uma seleção de um problema a trabalhar que acaba por interferir com todos os outros. O problema selecionado para a proposta de projeto trata-se da reduzida participação dos adultos nas decisões do cotidiano, uma vez que as pessoas, ao sentirem-se envolvidas, ao sentirem que valorizam a sua palavra e as suas escolhas, a tendência é aumentar a sua autoestima, a criarem laços com outros sujeitos, assim como a participarem mais nas atividades do cotidiano.

Para refletir, será que há verdadeira participação se não for intergeracional? Será que há verdadeira participação se não envolver todos os elementos da instituição e da comunidade? Será que há verdadeira participação se não considerar as individualidades e trajetórias de cada sujeito? Neste sentido, só existe verdadeira participação quando esta

engloba o sujeito e o que o rodeia. Ao trabalharmos a participação vamos tocar nos restantes problemas, melhorando-os mesmo que não sejam trabalhados de forma tão direta como o problema central do projeto.

No entanto, mediante as decisões dos participantes, existe a flexibilidade para alterações e mudanças de rumo, visto que o projeto deve ir ao encontro das vontades, necessidades e expectativas dos atores sociais. Contudo, o que pode ser um problema para uns, para outros pode não o ser e, portanto, deve existir negociação entre todos os participantes por meio do diálogo e da tolerância, de modo a chegarem a um consenso e a decidirem os percursos a seguir no projeto. Caso exista alguma discordância entre os atores sociais, pode-se facilitar o diálogo e o acordo, entre todos, por via da mediação. A questão estará em construir condições para que este diálogo, estes processos de negociação e tomadas de decisão coletiva possam ocorrer.

Reconhece-se a complexidade do momento quando está em causa o questionamento dos problemas em projeto. Recorremos quanto a isto a Pérez Juste (1992), citado por Serrano (2008: pp. 33-34), que aponta critérios que devemos ter em conta neste momento do projeto, sendo eles: *“Relevância/Transcendência/Gravidade”*; *“Rendibilidade”*; *“Imediatéz”*; *“Eficácia”*; *“Responsabilidade”*; *“O interesse/motivação expressos”*; e *“As expectativas pessoais/grupais como fonte potencial de energias de mudança”*. Na seleção dos problemas centrais devemos dar relevância a todos estes aspetos, de modo, a que o efeito seja imediato e os resultados rapidamente alcançáveis, que se interliguem com outros problemas mais gerais, assim como implique as pessoas nesta seleção, ouvindo-as e valorizando todas as suas opiniões.

Para além dos critérios acima referidos, Serrano (2008) acrescenta as condições do contexto e as pessoas que podem colaborar no projeto como, por exemplo, a equipa da instituição. Além de tudo o que foi anteriormente mencionado, é importante realizar uma conjugação equilibrada entre a realidade e a utopia, ou seja, termos consciência do que será possível alcançar e, simultaneamente, dar abertura à nossa imaginação na procura de soluções para a mudança. *“Devemos caminhar, não ao encontro de uma única solução para um determinado problema, mas à procura de soluções alternativas, múltiplas e diversificadas”* (Serrano, 2008, p. 34).

## 7. DESENHO DE PROJETO

Começo com uma citação de Serrano, tendo como intuito descrever numa simples frase o que vai encontrar neste ponto: “A elaboração de projectos implica “sistematizar”, (...) hierarquizar e articular uma série de factos ou de ideias (...). Implica, além disso, a reflexão autocrítica (...)”. Será também apresentado um possível desenho de projeto, mantendo a coerência com a metodologia até agora defendida, tendo em conta os princípios éticos, fidelidade e responsabilidade com: a história do contexto e dos percursos pessoais dos atores sociais; a democracia participativa; a mútua educabilidade; o inacabamento da planificação; e a justiça social na construção do coletivo (Veiga, Timóteo & Monteiro, 2020).

Estes princípios devem e têm que estar na base da construção de um projeto, ligados a um desejo utópico de mudança da realidade. Tal como nos refere Stephanou, Muller e Carvalho (2003, p. 11),

(...) são pontes entre o desejo e a realidade (...) tornam-se, assim, espaços permanentes de negociação entre nossas utopias pessoais e coletivas – o desejo de mudar as coisas -, e as possibilidades concretas que temos para realizar estas mudanças – a realidade.

Os projetos sociais inserem-se no campo da justiça social, de modo que as pessoas afirmem os seus direitos, participando criticamente na sociedade. E, mais uma vez, realço o poder da participação e o quanto ela pode mudar a sociedade, neste caso, as pessoas da instituição. Os adultos ao participarem sentem-se envolvidos, expressam-se e contribuem para a realidade. Ouvir os seus desejos e anseios, ouvir as suas propostas, ouvir o seu percurso de vida, ou seja, é dar voz e, ao mesmo tempo, ouvir as vozes, dispondo de uma atitude de escuta permanente.

Bordenave (1994, p. 16) refere que

a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde. A participação é um caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo (...)

Neste sentido, a participação é de extrema importância para o desenvolvimento do projeto e para que este provoque a mudança, mudança nas pessoas e na comunidade, como

um direito de afirmação e de posicionamento, defendendo uma democracia participativa. A participação e a negociação são fundamentais em todos os momentos do projeto, permitindo a sua coconstrução. No entanto, o desenho de projeto apresentado, trata-se de uma proposta, pois a infeliz realidade pandémica não possibilitou que a minha presença pela instituição continuasse e, conseqüentemente, limitou a participação das pessoas na sua construção e no seu desenvolvimento.

Para o desenvolvimento de um projeto é necessário haver um porquê, uma razão e uma base de sustentação, um projeto que vá ao encontro das necessidades e expectativas das pessoas. Ou seja, para haver um projeto é imprescindível existir uma finalidade. Abordaremos a finalidade já de seguida.

## **7.1. FINALIDADE, OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

Neste subponto, apresento uma planificação (Tabela 1), onde podemos encontrar a finalidade que justifica o projeto, os objetivos gerais e específicos, assim como, as ações e atividades. Todo o projeto tem uma finalidade, uma vez que, esta é sua “razão de ser” (Guerra, 2007, p. 92). A finalidade está ligada ao desejo de mudança e à utopia que se quer alcançar com o projeto. O caminho para alcançar a transformação é constituído por vários momentos, que têm de englobar a realidade a ser transformada (Serrano, 2008).

No que diz respeito aos objetivos, estes têm de estar de acordo com a finalidade, expondo de maneira esclarecedora o que se tenciona atingir com o projeto (Serrano, 2008). Os objetivos gerais estão ligados a mudanças mais amplas, ou seja, “descrevem grandes orientações para as acções e são coerentes com as finalidades do projeto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir” (Guerra, 2007, p. 163). Já os objetivos específicos operacionalização os objetivos gerais, são elaborados através da perspectiva das pessoas, correspondendo às transformações que se pretendem alcançar com o projeto, e só conseguimos atingir os objetivos gerais por via dos específicos (Stephanou, Muller & Carvalho, 2003).

**Tabela 1 – Proposta de projeto.**

<p><b>Finalidade:</b> Contribuir para a valorização da participação, do convívio e da partilha de conhecimentos entre os adultos da instituição, proporcionando momentos de socialização, mútua aprendizagem e educabilidade.</p>			
<p><b>AÇÃO 1</b></p> <p><b>O NOSSO CAMINHO, A NOSSA APRENDIZAGEM</b></p>	<p><b>Objetivos gerais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular a valorização pessoal e coletiva do grupo de adultos.</li> <li>• Promover a participação dos atores sociais, valorizando as suas experiências, competências e conhecimentos.</li> </ul>	<p><b>Objetivos específicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar as experiências vividas.</li> <li>• Reconhecer características comuns entre os adultos da comunidade.</li> <li>• Proporcionar momentos de partilha de experiências e conhecimentos.</li> <li>• Fortalecer o espírito de grupo.</li> </ul>	<p><b>Atividade 1</b></p> <p><u>Dinâmica de conhecimento do outro</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontrar pontos de referência com o outro, melhorando as relações interpessoais e a comunicação.</li> </ul>
			<p><b>Atividade3</b></p> <p><u>Teatro gravado baseado nas histórias de vida dos atores sociais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir um teatro sobre uma temática da preferência dos participantes, de modo a que conheçam novas perspetivas e novas visões dos sujeitos e do mundo.</li> </ul>
<p><b>AÇÃO 2</b></p> <p><b>Encontros e diálogos intergeracionais</b></p> <p><b>SABER – UMA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para uma realidade intergeracional.</li> <li>• Promover a aprendizagem entre sujeitos num ambiente são e equilibrado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar momentos de comunicação.</li> <li>• Estabelecer diálogo entre as crianças e os adultos.</li> <li>• Proporcionar a partilha de valores e experiências.</li> <li>• Estimular a criatividade.</li> </ul>	<p><b>Atividade 1</b></p> <p><u>Atelier de jogos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Partilha e valorização dos conhecimentos e jogos das diferentes faixas etárias.</li> </ul>

			<p><b>Atividade 3</b></p> <p><u>Encontro e discussão sobre a evolução tecnológica na agricultura</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contraste entre os materiais e recursos utilizados na agricultura do passado e na atual, promovendo a partilha de experiências e reflexões sobre a sua evolução.</li> </ul>
<p><b>Atividade de conclusão</b></p> <p>Grupo de discussão sobre as ações e atividades desenvolvidas no projeto, o que gostaram, o que fariam diferente e que impactos causaram nas suas vidas.</p>			

## 7.2. AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS

Para o desenvolvimento de um projeto é necessário um conjunto de ações, onde estão inseridas atividades, interligadas e integradas entre si, adequadas à realidade, visando a transformação, para alcançar a meta utópica. As ações e atividades são pensadas e planeadas de acordo com as características dos atores sociais, as necessidades constatadas, as trajetórias de vida, os gostos e os interesses dos sujeitos. De modo, a que as pessoas se identifiquem, se envolvam, se sintam motivadas e participem nas ações e atividades. No entanto, o projeto assume em si flexibilidade, abertura e reajustamento, acompanhando as transformações da sociedade, os interesses, as necessidades e as expectativas dos participantes.

É de salientar que se trata de uma proposta, pois o projeto foi suspenso devido à pandemia pela qual estamos a passar e, como tal, a sua construção não contou com a participação desejada e defendida pela metodologia. O sucesso do projeto depende da participação dos sujeitos, da sua envolvência e do seu compromisso para com ele. Quanto mais se envolverem e quanto mais se identificarem com ele, maior a probabilidade de alcançar os objetivos propostos (a meta utópica), tendo o presente projeto como intencionalidade o começo das atividades com um pequeno grupo de participantes, alastrando-se progressivamente a todos os indivíduos da ERPI.

O projeto apresentado é constituído por duas ações, com três atividades cada. A primeira, intitulada por O Nosso Caminho, A Nossa Aprendizagem, nasce da riqueza das histórias de vida dos adultos, da variedade de trajetórias cheias de aprendizagens, conhecimentos e experiências. Cada vez que converso com os adultos da instituição, na maioria das vezes, o tema centra-se no seu percurso de vida, englobando desde aspetos laborais (uma grande percentagem com ligação ao setor da agricultura), a aspetos familiares e pessoais. É notável a vontade que estas pessoas têm em partilhar o que já viveram, assim como é notável também a necessidade de disporem às pessoas tempo para essa partilha, tornando-a educativa, enriquecedora e reflexiva. São histórias que não merecem estarem guardadas, mas partilhadas, permitindo também que o adulto faça novas interpretações e compreenda o seu o caminho, as suas escolhas, as suas decisões, e até retire aspetos positivos de situações menos boas. Esta ação pretende que as pessoas se valorizem e valorizem os seus percursos, pois foram e são os caminhos escolhidos, ao longo da sua vida, que construíram as pessoas que são hoje.

Nesta ação, as estratégias propostas a utilizar baseiam-se em dinâmicas de grupo e de representação. As dinâmicas de grupo tratam-se de técnicas, instrumentos, exercícios, métodos de expressão que têm como intuito a coesão grupal. Para Melo, Filho e Chaves (2014, p. 51) as dinâmicas de grupo são “um conjunto de técnicas, tais como o desempenho de papéis, grupos de discussão, feedback de processos coletivos, entre outras”. Para os mesmos autores, a preposição “de” que acompanha a designação dinâmicas de grupo, significa que estas podem ser desenvolvidas em qualquer grupo e contexto, “desconhecendo que o termo “dinâmica” implica forças interdependentes agindo no interior e no exterior de um campo mutável como são os grupos e as pessoas que a eles se integram” (Melo, Filho e Chaves, 2014, p. 51).

As dinâmicas de grupo permitem refletir, ampliar, criar, formar e transformar o conhecimento individual e coletivo, ajudando a pessoa a lidar com o mundo. Através das dinâmicas Conhecimento do Outro e Manchetes da Vida pretende-se, de maneira criativa, encontrar pontos de referência, proporcionar e valorizar momentos de partilha de experiências, conhecimentos e aprendizagens. Para além, dos adultos encontrarem características e aspetos de vida em comum, também é pretendido que encontrem diferenças

entres eles e que essa alteridade fortaleça e enriqueça laços de união e solidariedade, estimulando a valorização pessoal e coletiva do grupo.

Assim como, ao serem exploradas as suas aprendizagens, é provável que a autoestima das pessoas aumente, construindo imagens positivas de si, uma vez que, que se sentem valorizadas e reconhecidas pela sua trajetória. Permitem também que a pessoa desenvolva o autoconhecimento, ou seja, descobrir-se a si próprio, através de processos internos, relembando e cruzando saberes que julgam já terem esquecido. Segundo Vieira (2017, p. 57),

Quanto mais conhecemos a nós mesmos, colhendo a partir de dentro, maior fica o nosso metro, ou a nossa racionalidade, e como consequência maior a abrangência pessoal, científica e social, ou seja, somos funcionais para nós mesmos e função para uma sociedade. Através do autoconhecimento (saber quem é) é possível sair da mira dos estereótipos, interesses sociais e culturais que não fazem mais ser.

As dinâmicas de grupo possibilitam que os indivíduos abram as suas perspectivas, que reflitam sobre si e o que os rodeia, que se coloquem no lugar do outro e o compreendam, ou seja, que pratiquem a empatia e a solidariedade, a espontaneidade e a criatividade. Deste modo, torna-se propício o desenvolvimento pessoal e coletivo, assim como, a estimulação de laços relacionais saudáveis, aflorando um ambiente são e equilibrado no seio do grupo.

A dinâmica Conhecimento do Outro consiste na divisão do grupo em pares, de modo a juntar pessoas que pouco se conhecem e que pouco convivem. Os pares espalham-se pelo edifício, conversando, partilhando características, experiências e conhecimentos. Posteriormente, reúne-se novamente o grupo com o objetivo de apresentarem o seu parceiro, baseando-se no momento de socialização que anteriormente experienciaram. Esta dinâmica possibilita conhecer melhor o outro, através de um diálogo construtivo, quebrando barreiras de comunicação e desenvolvendo a atitude de escuta. A pessoa ao sentir que o outro a está a ouvir, sente-se valorizada, uma vez que, aquilo que está a dizer tem interesse a outro sujeito. Com esta dinâmica pretende-se melhorar as relações interpessoais, valorizar a trajetória dos adultos, aumentar a autoestima, desenvolver a comunicação e a empatia.

A dinâmica Manchetes da Vida passa por um processo de seleção de imagens de revistas, onde os adultos escolhem imagens que gostem e representem a sua vida. Os participantes contam aos demais o porquê da escolha daquelas imagens e a história a elas

associada. Esta dinâmica permite relembrar memórias, reencontrar conhecimentos que pensavam já estarem esquecidos e a possibilita a abertura de recontar histórias e acontecimentos na sua perspectiva.

Ainda incluído nesta ação, é proposto a realização de um Teatro gravado, envolvendo os participantes a todos os níveis e em todos os momentos da sua construção e desenvolvimento, tratando temas relevantes para os adultos, tendo em conta as suas necessidades e o contexto. O teatro é uma estratégia socioeducativa, que utiliza a linguagem artística como modo de criar espaços propícios para se estabelecer trocas de experiências, perspectivas, conceitos entre todos os participantes, possibilitando que as pessoas reencontrem conhecimentos, reflitam sobre os mesmos e os desconstruam.

Trata-se de uma prática de carácter inclusivo, “permitindo que todos possam ser protagonistas de suas ações no processo de construção, da relação entre as ideias pessoais e as ideias coletivas”, fomentando a participação dos sujeitos em todo o processo de construção teatral, assim como, estimulando o autoconhecimento (Miguel, 2012, p. 10). Com o teatro pretende-se a transformação, através de ações interdisciplinares, fomentando o diálogo, a convivência e a socialização. Estes momentos de socialização de carácter espontâneo fazem deles situações educativas, que segundo Miguel (2012, p. 11),

a relação humana está baseada em significações que surgem a partir de (...) experiência pessoal com o outro, e é no espaço da convivência que se constitui o modo de ser de cada um, acreditando então que não existimos e sim co-existimos, não vivemos, mas con-vivemos.

Assim, o teatro é mais do que ensaios e representação, mas um meio para a transformação e construção de novas visões sobre o mundo, posicionando-se e participando nele, exercendo a sua cidadania, no caminho da democracia participativa, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida, tal como também é pretendido com o projeto, reavivar a voz das pessoas.

A segunda ação, Saber – Uma transmissão Intergeracional, pretende dar continuação à partilha de conhecimentos e saberes dos atores sociais, trabalhando a participação por via da intergeracionalidade. Esta ação propõe o desenvolvimento de encontros e diálogos entre gerações, de modo a que desenvolvam a comunicação, a criação de laços, a partilha de

momentos prazerosos, cheios de conhecimentos, experiências e aprendizagens significativas, contribuindo para uma realidade intergeracional. Nas atividades desta ação, os participantes podem passar por todas as gerações, não só necessariamente relações entre crianças e idosos, uma vez que, a intergeracionalidade acontece em relações recíprocas entre diferentes gerações.

Como já foi referido, os adultos da instituição mostram-se bastante recetivos aos contactos intergeracionais e a atividades que consistem na partilha entre diferentes gerações, uma vez que sempre que ocorrem são momentos muito enriquecedores. Portanto, torna-se um caminho de projeto possível para a mútua aprendizagem, para a educabilidade e valorização de aprendizagens e conhecimentos das diversas gerações. Consistem em momentos de convívio, de partilha, de aquisição de novas noções e visões que acompanham as diversas faixas etárias.

A primeira atividade desta ação trata-se de um Atelier de jogos, onde se pretende que haja uma partilha de jogos e divertimentos, que possam ser experienciados por todas as gerações, de modo a que tenham contacto com outras realidades, que valorizem e estimulem o interesse pelos conhecimentos das diferentes faixas etárias. A escolha e organização dos jogos é decidida, previamente, pelos participantes, uma vez que, têm de fazer sentido para eles e têm de caracterizar a trajetória de vida dos atores sociais.

A segunda atividade, Construção de uma sementeira, é proposta devido ao facto de muitos adultos da instituição terem as suas vidas ligadas ao setor da agricultura, devendo estes conhecimentos serem partilhados a outras gerações. Esta atividade consiste, como o próprio nome indica, numa construção de uma sementeira, realizada em conjunto entre diferentes gerações, pretendendo criar vínculos, melhorar a comunicação, valorizar a partilha de experiências e desenvolver o sentimento de preservação e continuação, visto que as plantas necessitam de cuidados. Tal como as plantas, as pessoas também precisam de cuidados, cuidados esses que continuem a valorizar a sua voz, as suas opiniões, as suas decisões e as suas individualidades. Cuidar significa também valorizar a pessoa no seu todo, ou seja, o sujeito e a sua bagagem, o sujeito e o que o rodeia, o sujeito e suas características particulares.

A terceira atividade desta ação, concerne num Encontro e discussão sobre a evolução tecnológica na agricultura. Aqui são utilizados vídeos, fotos do passado e da atualidade, onde os participantes contariam as suas experiências, os recursos que utilizavam na sua época e as diferenças com os materiais utilizados atualmente, encorajando a discussão, a reflexão e a partilha intergeracional. Esta proposta permite que as pessoas acompanhem a evolução tecnológica, as suas alterações e partilhem entre gerações as novas formas de trabalho na agricultura.

A última atividade integra as duas ações, consistindo num grupo de discussão (*focus group*) com todos os participantes, onde é proposto um debate sobre as atividades realizadas, o que gostaram, o que fariam diferente, os impactos que causaram nas suas vidas, ou seja, o balanço final do projeto. Trata-se de uma técnica de carácter qualitativo, utilizando uma estratégia indutiva, sendo o resultado bastante descritivo (Galego & Gomes, 2005). Uma das técnicas a ser utilizada, nesta sessão, trata-se do *brainstorming*, onde os participantes mencionam palavras que definam o projeto, tendo como objetivo reduzir a inibição, aumentando a comunicação e a interação social.

O projeto tem como finalidade contribuir para valorização da participação, do convívio e da partilha de conhecimentos entre os adultos da instituição, proporcionando momentos de socialização, mútua aprendizagem e educabilidade. Procura a integração, o respeito, o envolvimento e a participação de todos os atores sociais, mantendo-os motivados, e não diminuindo-os, excluindo-os, não valorizando a sua palavra, as suas perspetivas, os seus desejos e os seus anseios.

O projeto obedece a uma metodologia flexível e engloba a participação de todos e, como tal, tudo pode ser alterado de acordo com os interesses e expectativas dos participantes, podendo e devendo estes proporem outros caminhos se assim o entenderem. Existe uma infinidade de estratégias e técnicas que podem levar o projeto aos mesmos objetivos, gerais e específicos, podendo não serem as mesmas na perspetiva dos atores sociais a quem é destinado. O projeto é coconstruído e todas as vozes, opiniões e perspetivas são imprescindíveis para o seu desenvolvimento, pois o projeto depende das pessoas e da sua participação em todos os momentos. Pretende também que a mudança e a transformação da

realidade continuem depois do desenvolvimento das ações e das atividades, uma mudança não temporária, mas permanente, ou seja, para lá do projeto.

### **7.3. AVALIAÇÃO**

Segundo Serrano (2008, p. 81), “a avaliação permite-nos reconhecer os erros e os sucessos da nossa prática, a fim de corrigir aqueles no futuro. É uma perspectiva dinâmica que nos permite reconhecer os avanços, os retrocessos e os desvios no processo de consolidação”. Avaliar é comparar a situação prevista com a situação real, se estão semelhantes ou diferentes, e quais os fatores que contribuíram para essa situação (Espinoza citado por Serrano, 2008).

A avaliação está presente em todos os momentos do projeto, tendo como objetivo o controlo e orientação para alcançar a meta utópica. Tal como o projeto se inicia no primeiro contacto com a realidade, a avaliação também o acompanha. “Qualquer acção, processo que uma pessoa ou um grupo humano realize deve ser avaliado para se constituir num elemento de avanço, de mudança ou de progresso (...) Isto significa que a avaliação é uma dimensão inseparável da acção” (Martínez, 2005, p. 189). No entanto, Martínez (2005, p. 196) refere que a avaliação é uma metodologia complexa que “pensa a realidade como um todo articulado onde convivem, em igualdade de condições, o objectivo (consensual de forma extra-subjectiva), o perceptivo, o subjectivo, o racional, o irracional, o emocional, o imaginário, o acaso, a incerteza, o intuitivo, etc.”

Na construção do conhecimento da realidade, a avaliação surge na justificativa do projeto, nas razões, nos problemas e necessidades da comunidade. Neste momento, analisa-se e interpreta-se os elementos da realidade (as pessoas, as suas ações e as motivações, etc.), os recursos e as potencialidades, a situação real e o que é desejável. À medida que contactamos com o contexto, vamos conhecendo-o através da atitude de escuta, do diálogo, da observação dos sujeitos, das relações de poder, das interações entre os indivíduos e o meio, utilizando técnicas que vão ao encontro da metodologia defendida. Em simultâneo, analisamos, compreendemos e avaliamos o que nos é transmitido pelas várias formas de comunicação, pelo o que é visível e pelo o que está escrito nas entrelinhas da ação humana.

Neste sentido, conhecemos os problemas e as necessidades, e procuramos, em conjunto com os atores sociais, caminhos que possibilitem a melhoria da realidade e tudo o que a constitui.

No desenvolvimento do projeto, é necessário avaliar e refletir sobre os possíveis caminhos para alcançar os objetivos propostos. Avaliar as ações e as atividades que o constituem, utilizando técnicas adequadas e ajustadas às atividades e aos objetivos. Numa visão geral, no presente projeto são utilizadas e sugeridas as seguintes técnicas e critérios qualitativos e quantitativos: a observação; o registo detalhado do que se sucedeu, mencionando aspetos positivos e negativos e comentários dos participantes; o número de participantes; a descrição da qualidade e da quantidade de interações; o feedback dos participantes, entre outros. No final do projeto, é proposta uma sessão de *focus group*, na qual é realizado um balanço do projeto, onde os participantes dão o seu feedback, as suas opiniões, descrevendo a sua experiência, debatendo aspetos positivos e negativos, podendo ser utilizadas técnicas de dinâmicas de grupo, como o brainstorming, de modo a reduzir a inibição dos participantes.

De modo mais específico, na primeira atividade da ação um, a avaliação é baseada na quantidade de informação absorvida pelos participantes através do diálogo, assim como, na assertividade da apresentação e na envolvência dos sujeitos na atividade. Acrescem aqui como preciosas as dimensões mais intersubjetivas, como o sentido do grupo, o crescimento do espírito coletivo de solidariedade e entreajuda. Tal como na segunda, onde é acrescentado à avaliação o número de participantes, o entusiasmo e o interesse pela mesma. Estas atividades têm como intuito a valorização das experiências vividas, tanto pessoais como as da outra pessoa e do grupo. Tal como a valorização dos momentos de partilha, de socialização e das relações interpessoais, indissociáveis de uma intervenção desta natureza.

Na terceira atividade, o teatro gravado, é algo que os adultos da ERPI se envolvem e participam em grande número, tal como pudemos testemunhar especificamente no teatro de Natal, ainda longe da situação pandémica. Neste sentido, se os adultos participarem em todo o processo do teatro e não só na sua representação, sentirão que a sua palavra é valorizada, sendo o resultado final o trabalho e contribuições de todos os intervenientes. A avaliação está

presente em todo o processo do teatro, avaliando a envolvimento das pessoas na escolha do tema, na redação do corpo do texto para representação, no próprio ato de representar e no resultado. É preciso vincular-nos e dar o melhor seguimento ao que nos é transmitido através do feedback, dos comentários, dos sentimentos que afloram com o ato de representar uma personagem e de ser protagonista e intérprete de uma ação.

No que concerne, à atividade um da ação dois, esta requer que os sujeitos participantes, de diferentes faixas etárias, partilhem jogos e divertimentos que caracterizem a sua geração, e experienciem e contactem com outros sujeitos de gerações diferentes. A avaliação é baseada na participação, nos contributos dos sujeitos na escolha dos jogos, na elaboração, na preparação e no desenvolvimento da atividade. Consideramos também o número de participantes, a curiosidade expressa no facto dos indivíduos quererem experienciar jogos de outras gerações, nos comentários, no feedback, ou seja, naquilo que observamos e no que nos é transmitido. O elemento relacional é, uma vez mais, fundamental.

A atividade dois da ação dois tem a ver com a construção de uma sementeira, em que diferentes gerações contribuem para a sua elaboração. Esta atividade surge da ligação de muitos residentes ao setor da agricultura, nomeadamente nas profissões que desenvolveram ao longo da sua vida. Como critérios de avaliação encontramos o número de participantes das diferentes gerações, a frequência de contactos entre as diversas faixas etárias, o espírito de cooperação e união para criação de uma plantação, entre todos os outros mencionados na visão geral. É fundamental o modo como os saberes anteriores são resgatados e valorizados, permitindo mobilizar competências de vida e reenquadrá-las como valores do presente.

A terceira atividade da ação dois trata a evolução dos materiais e recursos no setor da agricultura. Para tal, são visualizados vídeos que retratem o avanço tecnológico nesta área, de modo a estimular o debate, a reflexão e a partilha de experiências e conhecimentos. A avaliação é baseada na forma como o debate se desenrola, no modo como o passado se funde com o presente e se consegue retratar de forma ativa a evolução de um setor de atividade a partir dos próprios sujeitos.

A última atividade do projeto engloba as duas ações. Utiliza como estratégia o *focus group*, onde juntamente com todos os participantes é realizado um balanço do projeto. Esta atividade contribui para a reflexão/avaliação final do projeto, ajudando a esclarecer se os objetivos propostos foram atingidos, identificando o que correu bem e o que correu menos bem, o que seria feito diferente e o que este projeto provocou nas suas vidas.

De seguida, procede-se ao cruzamento de todos os dados e informações, para se verificar se foram alcançados os objetivos propostos e se as necessidades constatadas foram satisfeitas. Para Serrano (2008, p. 96), este momento de avaliação é caracterizado pelo “fim do processo ou período de realização de um projeto”, implicando

a elaboração de uma síntese que se atinge com a conjugação de todos os elementos proporcionados pela avaliação inicial e processual para chegar a uma formulação global na qual se ponha em relevo se os objetivos do projecto foram alcançados, ou não, e em que medida. É necessário analisar os resultados alcançados e os seus efeitos nos beneficiários. Convém explicá-los através de indicadores que forneçam informação relevante e objectiva.

Mantendo a coerência com a metodologia utilizada, a avaliação também segue o princípio da democracia participativa, implicando a prática reflexiva (onde o profissional interpreta, compreende e avalia o que lhe é transmitido, melhorando e aperfeiçoando sempre a sua praxis). A participação responsável dos atores sociais em todos os momentos do projeto permite que todos os participantes conheçam os dados da avaliação e exponham as suas considerações de forma permanente e ativa.

## CONCLUSÃO

A sociedade atual tende a desvalorizar os conhecimentos e trajetórias de vida dos mais velhos, visto que, para a sociedade, numa visão geral, os adultos seniores não influenciam no crescimento económico e a evolução. Esta é uma ideia totalmente errónea no mundo de justiça e de Direitos Humanos, pelo modo como minoriza e menospreza a voz das pessoas, a sua experiência e a totalidade dos seus direitos ao longo de toda a vida. A desconstrução e reconstrução destas representações é fulcral para o desenvolvimento, pois este acontece pelo desenvolvimento dos atores sociais, pelo pleno exercício dos Direitos Humanos e não só pelo campo financeiro. Deste modo, nascem projetos sociais para fazerem face a estes estereótipos, valorizando os papéis dos mais velhos, as suas experiências e a sua voz. Para Carvalho e Baptista (2004, p.35),

(...) a velhice não tem de ser vivida dramaticamente como um fardo a suportar pela sociedade ou como uma inferioridade cívica a esconder pelo indivíduo ou pela comunidade. Exige que, para ela, isso sim, se facilitem todos os recursos disponíveis – científicos, sociais e educativos – a fim de, nela e com ela, se assegurar o máximo de qualidade de vida (física, relacional e psicológica) compatível com as suas características e nunca aquém ou para além destas.

Ser velho – como ser jovem – é ser-se plenamente humano.

O projeto social participativo proposto engloba, tal como o próprio nome indica, a participação de todos os atores sociais nele envolvidos. Para reforçar o trabalho participativo, este projeto tem na sua base o paradigma emergente e a IAP, admitindo flexibilidade e abertura às vozes das pessoas. Aqui, busca-se a transformação pelo caminho da participação, do poder da palavra, dotando os indivíduos de técnicas e ferramentas para que possuam um papel ativo na sociedade e no contexto em que se inserem.

Este projeto visa a participação de cariz responsável e cívica, que incita a reflexão. Para além da integração do indivíduo, deseja a inclusão das pessoas com as suas individualidades e características, pois é na heterogeneidade que existe evolução e desenvolvimento: convivendo com a diferença do outro, alargando horizontes e tendo contacto com outras perspetivas de vida. É também esta heterogeneidade que o projeto tencionou realçar e valorizar.

O grupo de idosos não é homogéneo. Cada pessoa tem a sua trajetória de vida, as suas experiências, os seus conhecimentos, as suas vivências, ou seja, cada pessoa é única e, deste modo, não podemos cair numa generalização imposta. Ouvimos diariamente, principalmente na situação pandémica em que nos encontramos, que os idosos são um grupo de risco. Na base desta questão encontra-se o fator idade, no entanto, este marcador quantitativo não define por si só o processo de envelhecimento. Neste sentido, olhar o envelhecimento utilizando só a idade como referência, é olhar o envelhecimento de forma incompleta e desintegrada.

Nem todos os idosos têm problemas de saúde como, por exemplo, demências. Nem todos os idosos estão afastados e à margem da sociedade. A abordagem patologizante das pessoas seniores, tão frequente nas instituições de natureza social, deve ser ultrapassada. Nem todos os idosos vivem sós. Nem todos os idosos veem o isolamento numa perspetiva negativa. Ou seja, se o grupo de idosos não é homogéneo, também as respostas não podem ser iguais para todas as pessoas, mas sim adequadas a cada indivíduo, e não é isso que se tem verificado. Para tal, é necessário que os trabalhadores sociais façam uma análise sistémica, desafiando a sua criatividade, reinventando-se, vendo a pandemia como uma possibilidade de reestruturação e aperfeiçoamento da praxis, ouvindo as pessoas.

A covid-19 veio também desafiar as estruturas residenciais para pessoas idosas que, perante esta nova realidade, foram obrigadas a reinventarem-se, a modificar os horários laborais, a organizarem os edifícios de modo a dar resposta às novas exigências, a implementarem medidas e planos para fazerem face ao novo coronavírus. Obrigou os profissionais a terem cuidados redobrados, a reduzirem o máximo possível de contactos sociais, uma vez que, são potenciais transmissores do vírus para as pessoas residentes. A covid-19 trouxe à tona os problemas já existentes nas instituições e agravou-os.

A pandemia demonstrou e tem demonstrado à sociedade a importância do Estado, pois foi o único a conseguir lidar com esta crise, embora que com algumas contradições. Tal como refere Illouz (março, 2020), *L'intérêt public doit redevenir la priorité des politiques publiques*". É necessário que a solidariedade esteja presente nas nossas ações e na sociedade, "A humanidade é urgente e também pode contagiar" (Martins & Alves, maio, 2020, p. 11). É

necessário reinvestir e repartir a riqueza para o bem comum, e não que seja acumulada só num lado da balança. Reconhecer-se que “o dinheiro e o tempo investidos na construção de infra-estruturas, na protecção civil, nos serviços públicos e na antecipação das catástrofes revelam-se mais eficazes do que as respostas a estas, por muito rápidas que sejam” (Thomas, abril, 2020, p. 35).

O novo vírus fez ver às pessoas, da pior maneira, o quanto desperdiçamos e o quanto consumimos em exagero, muitas vezes não precisando de metade daquilo que compramos. Demonstrou que é necessário parar, respirar, pensar e repensar na importância das nossas escolhas, no tempo que devíamos dedicar a nós e aos nossos, sem vivermos 24h sobre 24h em pleno stress e agitação, caindo na rotina e na acomodação. Até o planeta “parou e respirou”, baixando os níveis de poluição como nunca antes se tinha visto ou, numa outra perspectiva, nós paramos e deixamos a TERRA respirar e abrandar.

No que concerne à proposta de projeto apresentada neste relatório, esta demonstrou-se complexa, pois devido à suspensão do seu desenvolvimento na ERPI, continuar sem a participação desejada e defendida pela metodologia em que nos posicionamos tornou-se um desafio. A proposta foi um caminho para dar continuação ao mesmo, ainda que de maneira mais distanciada e em respeito para com o resguardo da própria instituição. Mantém-se a obrigação de proporcionar aos sujeitos uma voz mais ativa na sua construção e desenvolvimento, tal como defende o paradigma emergente e a investigação-ação participativa. O projeto admite a total abertura à participação de todos, assumindo a coconstrução, a cogestão e a codecisão, permeável a qualquer reorientação de acordo com os interesses, os gostos, as motivações, os conhecimentos, as experiências, os desejos, as vontades, as motivações, o tempo de cada indivíduo e expectativas dos atores sociais.

A proposta de projeto tem como intuito trabalhar o desenvolvimento da participação nas pessoas, de modo a que se tornem sujeitos mais ativos na ERPI e na sociedade, decidindo sobre a sua vida e sobre as questões sociais, ou seja, para que “(...) os adultos seniores deixem de ser meros recetores, inertes, silenciosos e passem a ser donos dos seus próprios voos, possam definir os seus caminhos, os seus destinos e, quiçá, os seus poisos e ninhos” (Mendes, 2018, p.21).

Defendemos, um projeto que garanta a mútua educabilidade, a justiça social e o sentido ético. Um sentido ético que se revele sempre, como defendem Carvalho & Baptista (2004), indissociável do sentido transformador. Neste mesmo seguimento:

A crença na educabilidade e na perfectabilidade de todos os seres humanos constitui um postulado basilar (...) A educação situa-se num movimento de mudança e de emancipação e, nessa medida, também de responsabilidade e de solidariedade já que os factores de vulnerabilidade que advêm da peculiar condição humana nos tornam cúmplices efectivamente contemporâneos no sentido de parceiros na realização de um tempo comum mais solidário e justo (Carvalho & Baptista, 2004, 75-76).

Na base do projeto encontram-se os alicerces da Educação Social. “Os educadores são, na verdade, promotores privilegiados da condição humana e é nesse sentido, justamente, que são reconhecidos como técnicos da relação” (Carvalho e Baptista, 2004, p.95). Deste modo, a ação é fundamentada e organizada para a transformação e desenvolvimento dos sujeitos no seu meio social, promovendo e estimulando a participação, a convivência, o relacionamento, o exercício da cidadania e o compromisso. Advogamos por uma ação de proximidade, de interação humanista e de acompanhamento do quotidiano, por uma ação que coloca o profissional em interação com o contexto e com as pessoas, por uma ação que respeita e aceita os atores sociais e as suas características.

## REFERÊNCIAS

- Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 21, 121-139.
- Almeida, M. F. (2016). Iniciativas de participação cidadã de idosos em Portugal: um estudo exploratório. *Análise Social*, 219, 51 (2), 402-431.
- Ascensão, J. (abril, 2020). Covid-19. Confinamento prolongado dos idosos? Especialista diz que “viver isolado propicia outro tipo de riscos”. *Expresso*. Consultado a 20 de agosto de 2020. Disponível em <https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-15-Covid-19.-Confinamento-prolongado-dos-idosos--Especialista-diz-que-viver-isolado-propicia-outro-tipo-de-riscos>.
- Amorim, F. V. & Calloni, H. (2017). Sobre o conceito de amorosidade em Paulo Freire. *Conjectura: Filos. Educ., Caixas do Sul*, 22 (2), 380-392.
- Baldissera, A. (2001). Pesquisa-Ação: Uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, 7 (2), 5-25.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F. & Ávila, P. (1996). *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Conselho Nacional de Educação.
- Bergano, S. M. A. (2002). *Filosofias da Educação de Adultos*, (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Bordenave, J. E.D. (1994). *O que é participação*. (8ª edição). São Paulo: editora brasiliense.
- Borges, M. (junho, 2020). O impacto da crise da COVID-19 na intervenção de Redução de Danos. Análise crítica sobre intervenções e atores sociais | entre a crise e a oportunidade. *Cadernos da Pandemia*, 4, 15-23. Consultado a 4 de setembro de 2020. Disponível em

[http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social\\_0.pdf](http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social_0.pdf)

- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In L. Lima, J. Pacheco, M. Esteves & R. Canário (Orgs.). *A educação em Portugal (1968-2006). Alguns Contributos de investigação* (pp. 195-247). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Cantinho, M. S. D. (2018). *Envelhecimento, Intergeracionalidade e Bem-estar: Um estudo exploratório com um programa intergeracional*, (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal.
- Carvalho, A. D. & Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Castro, R. V., Guimarães, P. & Sancho, A. V. (2007). Mutações no campo da educação de adultos. Sobre os caminhos da formação dos educadores. *Educar*, (29), 63-81.
- Costa, A. F. (1987). A pesquisa de terreno em sociologia. In A. S. Silva & J. M. Pinto (orgs.), *Metodologias das Ciências Sociais* (pp. 129-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Cuche, D (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: EDUSC.
- Decreto-Lei n.º 248/97. D. R. I Série A. 217 (1997-09-19), pp. 5114 – 5116.
- Diário da República n.º 28/2019. 1.ª Série (2019-02-08), pp. 1016 – 1017.
- Diniz, M. A. V. (2008). Estado Social e Princípio da Solidariedade. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, (3), 31-48.
- Direção-Geral da Saúde (DGS) (setembro, 2020). Consultado a 11 de novembro de 2020. Disponível em <https://covid19.min-saude.pt/>.

- Fernandes, D. (1991). Notas sobre os paradigmas de investigação em educação. *Noesis*, (18), 64-66. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Fernandes.pdf>.
- Freitas, M. G. G. (2020). Orientação nº009/2020. *Direção-Geral da Saúde*. Consultado em Disponível em <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0092020-de-11032020-pdf.aspx>.
- Galego, C. & Gomes, A. A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5 (5), 173-184.
- Guerra, I. C. (2007). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Principia Editora.
- Guimarães, A., Vicente, M. J. & Cruz, P. (junho, 2020). Saber para compreender, compreender para saber: a intervenção da Associação Saber Compreender. *Cadernos da Pandemia*, 4, 9-14. Disponível em [http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social\\_0.pdf](http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social_0.pdf).
- Illouz, E. (março, 2020). L’insoutenable légèreté du capitalisme vis-à-vis de notre santé. *Nouvel Observateur*. Consultado a 30 de julho de 2020. Disponível em <https://www.nouvelobs.com/idees/20200323.OBS26443/l-insoutenable-legerete-du-capitalisme-vis-a-vis-de-notre-sante-par-eva-illouz.html>.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2019). Consultado a 19 de dezembro de 2019. Disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main&xlang=pt).
- Latorre, A. (2005). *La investigación-acción. Conocer y cambiar la práctica educativa*. (3ª edição). Barcelona: Editorial Graó.

- Lemos, R. (junho, 2020). A amplificação da violência institucional sobre as pessoas mais velhas em contexto de pandemia. *Cadernos da Pandemia*, 2, 12-17. Disponível em <http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Olhares%20Sociolo%CC%81gicos.pdf>.
- Lima, R. J. S. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão ... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária*, (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Lopes, J. M. (2009). Da democratização da Cultura a um conceito e prática alternativos de Democracia Cultural. *Saber&Educar*, (14), 1-14.
- Lopes, J.T., Louçã, F. & Ferro, L. (2019). *As classes médias em Portugal: Quem são e como vivem*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Jornal *Público* (abril, 2020). Covid-19: maioria das IPSS sem condições para cuidar de idosos infectados. Consultado a 4 de setembro de 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/04/23/local/noticia/covid19-maioria-ipss-condicoes-cuidar-idosos-infectados-1913529>.
- Machado, I. & Melo, S. (junho, 2020). A pandemia e os desafios colocados aos interventores Sociais. *Cadernos da Pandemia*, 4, 7-9. Disponível em [http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social\\_0.pdf](http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social_0.pdf)
- Martínez, X. Ú. (2005). A avaliação da Animação Sociocultural. In J. Trilla (Coord.), *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 189- 263-203). Lisboa: Instituto Piaget. Horizontes Pedagógicos.
- Martins, A. & Alves, R. E. (maio, 2020). Quando fica exposta a fragilidade das estruturas residenciais para idoso. *Le Monde Diplomatique*, 10-11.

- Martins, S. R. O. (2002). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Interações*, 3 (5), 51-59.
- Melo, A. (1991). Educação e formação para o desenvolvimento rural. *Forum*, (9/10), 149-162.
- Melo, A. S. E., Filho, O. N. & Chaves, H. V. (2014). Conceitos básicos em intervenção grupal. *Encontro: Revista de Psicologia*, 17 (26), 47-63.
- Melo, S., Guedes, J. & Ribeiro, O. (junho, 2020). Combater o isolamento dos idosos em tempos de pandemia. *Cadernos da Pandemia*, 4, 32-41. Disponível em [http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social\\_0.pdf](http://isociologia.up.pt/sites/default/files/eventos/Intervenc%CC%A7a%CC%83o%20Social_0.pdf).
- Mendes, I. (2018). São pássaros que desejam voar, não lhes cortem as asas: a educabilidade dos adultos seniores. *Praxis Educare*, (5), 12-22.
- Mendes, I. D. P. (2007). *A dimensão participativa nos cursos de educação e formação de adultos (EFA) no Vale do Ave, Norte de Portugal*, (Dissertação de Tese do Curso de Doutoramento não publicada). Universidade de Granada, Granada, Espanha.
- Miguel, D. (2012). A prática teatral no envelhecimento – um caminho ao autoconhecimento, para a autonomia e para a inclusão social. *A Terceira Idade: Estudos sobre Envelhecimento*, 23 (55), 7-18.
- Monteiro, H, Martins, F & Martins, T (2019). Pontes concretas. Educação de adultos e cidadania em ressignificação mútua. In L. Rothes (org), *A participação educativa dos adultos. Realidades e desafios* (pp. 135-153). Porto: Legis.
- Monteiro, S. (setembro, 2020). Cuidar dos mais velhos: por uma rede pública e universal. *Le Monde Diplomatique*, p. 5.
- National Center for Education Statistics (NCES) (2000). Lifelong learning NCES task force: Final Report. *Working Paper*, 1, 1-64.

- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas em Psicologia*, 14 (1), 17-34.
- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A., Araujo, A. D. G. & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempo de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12 (2), 466-485.
- Osorio, A. R. (2005). Animação Sociocultural na Terceira Idade. In J. Trilla (Coord.), *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 251- 263). Lisboa: Instituto Piaget. Horizontes Pedagógicos.
- Portada (2019). Consultado a 21 de novembro de 2019. Disponível em <https://www.pordata.pt/Home>.
- Portada (2020). Consultado a 8 de julho de 2020. Disponível em <https://www.pordata.pt/Home>.
- Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, H (março, 2020). Nas IPSS, também há heróis e heroínas a combater a Covid-19. *Sul Informação*. Consultado a 2 de outubro de 2010. Disponível em <https://www.sulinformacao.pt/2020/03/nas-ipss-tambem-ha-herois-e-heroinas-a-combater-a-covid-19/>.
- Rodrigues, T. (setembro, 2020). Brigadas de intervenção rápida nos lares terão menos profissionais do que o previsto. *Jornal de Notícias*. Consultado a 2 de outubro de 2020. Disponível em <https://www.jn.pt/nacional/brigadas-de-intervencao-rapida-nos-lares-terao-menos-profissionais-do-que-o-previsto-12814898.html> .
- Roths, L. (2018). Educação de adultos mais velhos: uma aposta com futuro. *Praxis Educare*, (5), 5-11.

- Rothes, L. (2019). Literacia de adultos, cidadania e educação social. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, 5 (2), 50-60.
- Salerno, M. C., Bolina, A. F., Dias, F. A., Martins, N. P. F. & Tavares, D. M. S. (2015). Autoestima de Idosos Comunitários e Fatores Associados: Estudo de Base Populacional. *Cogitare Enferm*, 20 (4), 775-781.
- Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, B. S. (2020a). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almeida.
- Santos, B. S. (2020b). *Na oficina do sociólogo artesão. Aulas magistrais 2011-2016*. Coimbra: Almedina.
- Santos, R. A. A. S., Corrêa, R. G. C. F., Rolim, I. L. T. P. & Coutinho, N. P. S. (2016). Atenção no Cuidado ao Idoso: Infantilização e Desrespeito à Autonomia na Assistência de Enfermagem. *Revista Pesquisa em Saúde*, 17 (3), 179-183.
- Schneider, R. H. & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 25 (4), 585-593.
- Segurança Social (2020). Consultado a 28 de agosto de 2020. Disponível em <http://www.seg-social.pt/layoff>.
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais. Casos Práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva, A. M. R. (2015). *Abordagens das Necessidades Humanas e das Capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos 2000 e 2010*, (Tese de Pós-Graduação não publicada). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.
- Silva, E. A. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, (online). Disponível em <https://doi.org/10.4000/ras.740>.

- Silva, J. B. P. (2007). *O estudo da alteridade em uma classe do ensino fundamental*, (Dissertação de Mestrado não publicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Silva, S. A. (abril, 2020). Divórcios aumentam na quarentena, mas há casais que se fortalecem. *Diário de Notícias*. Consultado a 4 de setembro de 2020. Disponível em <https://www.dnoticias.pt/2020/4/2/61114-divorcios-aumentam-na-quarentena-mas-ha-casais-que-se-fortalecem>.
- Silva, S. A. (julho, 2020). Marta Freitas defende reflexão profunda sobre o teletrabalho. *Diário de Notícias*. Consultado a 2 de outubro de 2020. Disponível em <https://www.dnoticias.pt/2020/7/4/56341-marta-freitas-defende-reflexao-profunda-sobre-o-teletrabalho>.
- Silva, S. S. (2006). *A Sociologia e o Debate Público. Estudos sobre a Relação entre Conhecer e Agir*. Porto: Edições Afrontamento.
- Soares, L. F. & Lima, J. P. A. (2012). Um discurso sobre as ciências. *Todavia*, 3 (4), 65-73.
- Souza, P. B. (2016). Identidade e diversidade cultural como direitos fundamentais: Relação de instrumentalidade e perspectivas no contexto internacional. *Revista Videre*, 8 (15), 147-167.
- Stephanou, L., Muller, L. H. & Carvalho, I. C. M. (2003). *Guia Para Elaboração de Projetos Sociais*. 2ª edição. São Leopoldo: Editora Sinodal.
- Thomas, F. (abril, 2020). Tocar o mundo sem mudar o poder. *Le Monde Diplomatique*, 34-35.
- Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação Social Transformadora e Transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, 2 (1), 11-26.
- Torres, C. A. R. (2016). *La investigación acción participativa: una apuesta por la comunicación y la transformación social*. Bogotá: Uniminuto.

- Trevisam, E. (2018). Solidariedade e responsabilidade com o Outro: em busca da Emancipação e Integração dos sujeitos em suas diversidades. *Revista Jurídica*, 1 (50), 398-413.
- Veiga, S., Timóteo, I. & Monteiro, H. (2020). O lugar da ética em Educação Social. In I. Nascimento & P. Neto (Orgs.), *Ensaio sobre ética e investigação em Psicologia e em Educação* (pp. 29-36). Porto: Legis.
- Vieira, C. S. (2017). Perceber-se e aprender-se: caminho para o autoconhecimento. *Saber Humano*, pp-42-49. Disponível em <https://doi.org/10.18815/sh.2017v0n0.177>.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H. & Jackson, D. D. (2007). *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix.
- World Health Organization (2002). *Active Ageing: A Policy Framework*. A contribution of the World Health Organization to the Second United Nations World Assembly on Ageing, Madrid, Spain, April, 2002.

ESCOLA  
SUPERIOR  
DE EDUCAÇÃO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E  
EDUCAÇÃO DE ADULTOS

**Retomar Velhos Caminhos**  
Marli Isabel Magalhães Andrade

